

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO**

GILSON DOS SANTOS BELFORT

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL RECENTE DO MUNICÍPIO DE
AÇAILÂNDIA - MA**

São Luís

2016

GILSON DOS SANTOS BELFORT

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL RECENTE DO MUNICÍPIO DE
AÇAILÂNDIA/MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. César Augustus Labre Lemos de Freitas

São Luís

2016

GILSON DOS SANTOS BELFORT

**A DINÂMICA SOCIOESPACIAL RECENTE DO MUNICÍPIO DE
AÇAILÂNDIA/MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Aprovado em: 14/06/2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Augustus Labre Lemos de Freitas
Orientador /UFMA

Prof. Dr. João Gonsalo de Moura
Examinador Interno/UFMA

Prof. Dr. Juarez Soares Diniz
Examinador Externo/UFMA

Ao meu maior patrimônio: **minha família!**

AGRADECIMENTOS

Ao orientador desse texto dissertativo, Prof. Dr. César Augustus Labre, pelo apoio, orientação e incentivo durante toda a pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE-UFMA), que contribuíram para o meu aprendizado nas Ciências Econômicas durante todo o Mestrado, dando o suporte necessário.

Aos professores participantes da Banca de Qualificação e da Apresentação: Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, Prof. Dr. João Gonsalo de Moura e Prof. Dr. Juarez Soares Diniz pelas sugestões e esclarecimentos.

Aos colegas da turma do mestrado 2014: podem ter certeza que cada um de vocês tem suas parcelas de contribuições nesta pesquisa, seria injusto da minha parte citar nomes.

A todos os órgãos que concederam entrevistas para essa pesquisa, durante o tempo em que estive na cidade de Açailândia: Associação dos Moradores do Pequiá de Baixo, Associação Comercial e Industrial de Açailândia e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia.

As secretárias da Coordenação do PPGDSE: Nubia, Danielle e Patrícia pelo incentivo e apoio durante essa caminhada.

Aos meus irmãos e “irmãos”, amigos e “amigos” mais chegados que irmãos.

A minha família e “família” pelo cuidado e carinho durante todos esses anos, por acreditar e investir em minha vida: por sonhar e ir além do que os olhos podem ver e o coração consegue sentir.

A minha querida mãe: essa conquista, esse troféu é em especial para você, que muito amo, obrigado por tudo!

A todos que torceram pela concretização deste trabalho e, acima de tudo, a Deus, o Autor da Vida e que até aqui tem me sustentado e cuidado de mim: **A Ele, toda minha gratidão!!!**

RESUMO

O presente trabalho dissertativo tem por objetivo analisar a Dinâmica Socioespacial recente do município de Açailândia (MA), que foi desmembrado da cidade de Imperatriz no ano de 1981, e que em pouco tempo de emancipação política, tornou-se um dos maiores polos econômicos do Estado do Maranhão, destacando-se principalmente no setor siderúrgico e na agropecuária, tendo como ênfase a bovinocultura.

Na construção da dissertação, procurou-se estruturar a mesma, levando em consideração o estudo teórico das categorias território e territorialidade sobre a perspectiva da Geografia Econômica, onde se buscou entender o processo de formação do espaço geográfico do município de Açailândia, partindo então para uma análise da dinâmica socioeconômica do município, a partir da década de 1990, quando os empreendimentos siderúrgicos já estavam funcionando ativamente, e a agropecuária estava em evidencia nessa porção territorial do oeste maranhense.

Procura-se ainda nesta pesquisa observar e analisar os impactos dos empreendimentos siderúrgicos na econômica do município, e no último momento a atenção volta-se para o estudo e análises da recente dinâmica socioespacial de Açailândia.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Territorialidade. Dinâmica Socioespacial. Dinâmica Socioeconômica. Siderurgias. Impactos.

ABSTRACT

This dissertational work is to analyze the recent socio-spatial dynamics of the municipality of Açailândia (MA), which was separated from the city of Imperatriz in 1981, and that in a short time of political emancipation, became one of the largest economic centers of the State of Maranhão, highlighting mainly in agriculture, with the highlight the cattle and the steel industry.

In the construction of the dissertation, he tried to structure the same, taking into account the theoretical study of the categories territory and territoriality on the perspective of Economic Geography, from there we tried to understand the process of formation of the space of the city of Açailândia, then leaving for an analysis of the economic dynamics of the city, from the 1990s, when large enterprises were already actively working.

Wanted also observe and analyze the impact of steel enterprises in the economic of the municipality and at the last moment to turn the attention to the study and analysis of the recent socio-spatial dynamics Açailândia.

KEYWORDS: Territory. Territoriality. Socio-Spatial Dynamics. Socioeconomic dynamics. Steelworks. Impacts.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Empresas de siderurgias de Açailândia.....	15
Quadro 02 - Etapas da construção do texto dissertativo.....	17
Quadro 03 - Cidades no Entorno da Estrada de Ferro Carajás.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População da cidade de Açailândia por zona.....	49
Tabela 02 - Situação do funcionamento das indústrias siderúrgicas de Açailândia nos períodos pré e pós crise de 2008.....	58
Tabela 03 - Produto Interno Bruto de Açailândia.....	59

LISTA DE MAPAS E GRÁFICOS

Mapa 01 - Mapa da Estrada de Ferro do Carajás.....	41
Mapa 02 - Mesorregiões e Microrregiões do Estado do Maranhão.....	45
Gráfico 01 - População absoluta do município de Açailândia de 1981 - 2015.....	47

LISTA DE FIGURA

Figura 01 - Imagem de Carvoaria em Açailândia.....	71
Figura 02 - Diagrama da produção do Ferrogusa.....	78

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Vista Parcial de Açailândia (1983)	29
Foto 02 - Imagem da Rua Dorgival Pinheiro de Souza (2015).....	30
Foto 03 - Ferrovia Norte-Sul no Bairro do Pequiá de Baixo.....	43
Foto 04 - Vista Panorâmica da cidade de Açailândia.....	44
Foto 05 - Loja de departamento localizado na região central da cidade.....	54
Foto 06 - Caixa d'água no bairro do Pequiá com os nomes das siderurgias de Açailândia.....	57
Foto 07 - Fazenda de Eucalipto da Empresa Suzano Papel Celulose.....	63
Foto 08 - Fazenda Monte Líbano/Açailândia.....	63
Foto 09 - Corte do Eucalipto.....	63
Foto 10 - Plantios de Eucaliptos.....	64
Foto 11 - Imagens da Siderurgia Gusa Nordeste.....	66
Foto 12 - Imagens da Viena Siderurgia.....	66
Foto 13 - Imagem do Bairro do Pequiá de Baixo.....	67
Foto 14 - Associação dos Moradores do Pequiá.....	68
Foto 15 - Imagem da rua do Pequiá de Baixo.....	69
Foto 16 - Frente da Unidade Básica de Saúde do Pequiá.....	70
Foto 17 - Placas de Sinalização Horizontal a direita.....	74
Foto 18 - Sinalização vertical a esquerda.....	74
Foto 19 – Sinalização vertical.....	74
Foto 20 - Eucalipto cortados recentemente.....	81
Foto 21 - Caminhões transportando minérios saindo da Siderúrgica.....	81
Foto 22 - Trecho da Estrada de Ferro Carajás no Bairro do Piquiá de Baixo.....	84
Foto 23 - Rua próxima às siderurgias no Bairro do Pequiá.....	86

LISTA DE SIGLAS

ACIA - Associação Comercial e Industrial de Açailândia

AMZA - Amazônia Mineração S/A

DVDH – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EIA/RIMA – Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

EFC – Estrada de Ferro Carajás

FERGUMAR - Ferro Gusa do Maranhão

ICC – Instituto Carvão Cidadão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

MRH - Micro Região Homogênea de Imperatriz

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PFC - Projeto Ferro Carajás

PGC – Programa Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PIQUIÁ – Parque Industrial Químico de Açailândia

SIMASA – Siderúrgica do Maranhão S/A

STIMA - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Açailândia

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 DISCUSSÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE SOB A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA ECONÔMICA.....	19
3 A OCUPAÇÃO E A EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA.....	29
3.1 Os grandes empreendimentos federais na Amazônia oriental brasileira.....	32
3.1.1 A participação das empresas United States Steel e Companhia Vale do Rio Doce na descoberta de minério na Região de Carajás.....	34
3.2 O Programa Grande Carajás.....	36
3.3 O Programa Grande Carajás no Estado do Maranhão.....	39
3.4 O Surgimento do Município de Açailândia.....	41
4 A DINÂMICA ECONÔMICA DE AÇAILÂNDIA A PARTIR DE 1990.....	52
4.1 Os Ciclos econômicos de Açailândia.....	52
4.2 Os empreendimentos siderúrgicos em Açailândia.....	55
4.3 Os primeiros plantios de florestas de eucalipto no município de Açailândia.....	60
4.4 O impacto da siderurgia sobre o município de Açailândia.....	65
5 ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIOESPACIAL RECENTE DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERENCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre a dinâmica socioespacial, no município de Açailândia, percebemos que essa cidade, localizada na Mesorregião Oeste do Estado do Maranhão, passou nas últimas décadas, desde a sua fundação no ano de 1981 até os dias atuais por uma série de mudanças, principalmente no que se refere ao uso da terra.

O processo de territorialização¹, capitaneado por grandes empreendimentos siderúrgicos que se instalaram nessa região em meados da década de 1980, contribuíram para o desenvolvimento econômico da cidade, no entanto, ocasionaram uma série de impactos socioambientais para o município.

Uma das áreas da cidade que sofreu grandes intervenções foi a que compreendia o território voltado à economia de subsistência. Essa região, antes área de cultivo dos pequenos produtores que produziam uma agricultura familiar, passou ao longo dos anos por mudanças e substituição no uso da terra.

O interesse pela pesquisa nasce a priori de um levantamento de leituras e discussões já produzidas sobre a siderurgia no município de Açailândia, onde neste sentido, percebemos que nessa porção do território maranhense, se instalaram o maior número de indústrias siderúrgicas do Estado do Maranhão:

Quadro 1 - Empresas de siderurgias de Açailândia

Empresa	Ano de Fundação	Quantidade de Fornos
Viena Siderúrgica do Maranhão S/A	1988	05
Cia. Vale do Pindaré S/A	1988	03
Siderúrgica do Maranhão S/A	1993	02
Gusa Nordeste S/A	1993	03
Ferro Gusa do Maranhão Ltda	1996	02

Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2016)

A implantação das indústrias de siderurgias no município de Açailândia estava relacionada com a disponibilidade dos recursos naturais da região, caso específico da indústria de madeira para a produção de carvão vegetal e a localização desse município no cruzamento de importantes rodovias e ferrovias (EVANGELISTA, 2008).

¹ O conceito de territorialização, foi estudado por Claude Raffestin (1980), que a definiu como: “a maneira pela qual o espaço passa pela gênese da apropriação para se transformar em território, através da ação”. Este conceito tem sua importância, pois aproxima o conjunto das ciências sociais, possibilitando uma melhor leitura das relações de poder que se evidenciam no território.

A passagem da Estrada de Ferro Carajás - EFC pelo município é outro fator que deve ser destacado, pois propiciou o abastecimento de minério de ferro a baixo custo às empresas siderúrgicas da cidade, o minério de ferro proveniente das minas localizadas em Carajás no Estado do Pará, e o carvão vegetal oriundo da mata nativa e posteriormente dos plantios de eucaliptos, tornaram-se fatores importantes para a chegada das siderurgias.

As mudanças ocorridas no uso da terra ocasionaram na região de Açailândia uma série de situações adversas no território, a saber, o aumento da pobreza no espaço urbano do município. Com a migração desses produtores rurais da área do Distrito Industrial, os mesmos foram remanejados para outras partes do município em que o solo não tinha a mesma produtividade para a continuidade das atividades voltadas a agricultura familiar:

O problema da pobreza ganhou, em nossos dias, uma atualidade incontestável por duas grandes razões: em parte pela generalidade do fenômeno que atinge a todos os países, embora em particular aflija mais duramente os países subdesenvolvidos, mas também pelo fato de que a urbanização galopante que estes últimos conhecem é acompanhada pela expansão, a um ritmo igual, da expansão da pobreza, mesmo que esta se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país. (SANTOS, 2009, p. 09)

Visando o desenvolvimento do trabalho dissertativo aqui apresentado, houve a necessidade de estudar autores de diferentes áreas do conhecimento científico, que tem se preocupado com questões relacionadas às problemáticas socioespaciais, resultante das mudanças que ocorrem no espaço geográfico de um território as quais temos aqui enfatizado.

Entre esses autores destacamos Claude Raffestin geógrafo francês, autor da obra clássica – *Por uma Geografia do Poder* considerado um especialista nos estudos das categorias território e territorialidade, categorias importantes na análise do objeto de estudo que estamos pesquisando.

Milton Santos, geógrafo brasileiro que estudou questões relacionadas ao território e a pobreza no espaço urbano foi outro autor que utilizamos em nossa pesquisa. Destacamos ainda durante o processo que envolveu a investigação científica e a produção textual, as contribuições dos autores Rogerio Haesbaert, geógrafo contemporâneo, especialista em estudos e análises de território e territorialidade dentro

do contexto brasileiro; Manuel Correa de Andrade geógrafo e historiador, especialista em temas relacionados a historiografia brasileira.

Pesquisadores locais e regionais de diferentes áreas do conhecimento científico que estão atuando em pesquisas na região que compreende o município de Açaílândia, contribuíram direta e indiretamente na composição do texto aqui apresentado, e tornaram-se imprescindíveis nas análises das mudanças que ocorreram no espaço do município nas últimas décadas.

Ao pensar na problemática aqui apresentada, enfatizamos que o objetivo da pesquisa foi de analisar o processo da Dinâmica Socioespacial no município de Açaílândia, e os impactos socioeconômicos a partir da demanda impulsionada pela atividade siderúrgica de 1990 até 2015.

No desenvolvimento da pesquisa, a mesma se processou levando em consideração as seguintes etapas, o que originou a construção da dissertação:

Quadro 2 – Etapas da construção do texto dissertativo

Capítulo	Tema
01	<i>Introdução</i>
02	<i>Discussão do conceito de Território e Territorialidade sob a perspectiva da Geografia Econômica</i>
03	<i>A Ocupação e a Evolução do Território do município de Açaílândia</i>
04	<i>A Dinâmica Econômica de Açaílândia a partir de 1990</i>
05	<i>A dinâmica socioespacial recente do município de Açaílândia</i>

Elaborado por: Gilson dos Santos Belfort (2016)

Para tanto, nos propomos nessa pesquisa desenvolver o tema da dissertação levando em consideração a estruturação dos capítulos acima apresentados.

No primeiro capítulo discutiremos o conceito de território e territorialidade sobre a perspectiva da Geografia Econômica, nesse capítulo descreveremos a contribuição de diferentes autores que tem estudado essas categorias dentro do âmbito da ciência geográfica, mas especificamente na Geografia Econômica, observando a contribuição dos mesmos para a análise do tema em estudo.

No segundo capítulo, buscamos compreender o processo de ocupação e povoamento de Açaílândia, onde descrevemos os fatores que contribuíram para o surgimento do município, dando ênfase aos empreendimentos federais na Amazônia

Oriental brasileira como também se buscou nesse capítulo, descrever as informações historiográficas e demográficas sobre o processo de criação do município.

No capítulo terceiro, propomos: analisar e descrever a dinâmica socioeconômica de Açailândia, a partir da década de 1990, quando os empreendimentos siderúrgicos estavam consolidados, o objetivo foi de tentar perceber, como se processou a dinâmica econômica no território açailândense.

O capítulo se propõe a observar os diversos ciclos econômicos do município que antecederam a chegada dos empreendimentos siderúrgicos. Nesse sentido, o ponto de partida para a investigação se deu através da construção de um tratado histórico dessas indústrias no município e culminou com a análise dos impactos socioeconômicos e socioambientais desses empreendimentos no território.

O quarto e último capítulo visa analisar como se desenvolveu a dinâmica socioespacial do município de Açailândia; nessa última etapa da pesquisa, buscamos descrever os relatos, que aconteceram por meio de entrevistas e conversas formais e informais com cidadãos e instituições do município sobre as mudanças que ocorreram no espaço geográfico do território, essas informações serviram para a construção da análise sobre as mudanças que passara o município desde a sua emancipação.

2 DISCUSSÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE SOB A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA ECONÔMICA

Nesse primeiro capítulo, pretende-se discutir os conceitos de território e territorialidade, dentro de uma perspectiva da Geografia Econômica, que é parte integrante da ciência geográfica, que tem por objetivo estudar as questões econômicas relacionadas ao espaço terrestre, que é o objeto de estudo da geografia, a partir dessa discussão, buscaremos entender como esse debate poderá contribuir para a compreensão do objeto em estudo e análise nessa dissertação:

A geografia econômica apareceu na Alemanha sob a influência de Carl Ritter e se desenvolveu desde o fim dos anos 1850. Seu objetivo era a descrição da diferenciação de regiões econômicas num tempo onde as ferrovias e a navegação a vapor abriram novas possibilidades de especialização produtiva (CLAVAL, 2005, p.13)

A discussão sobre o território tem se tornado nas últimas décadas, um dos assuntos mais discutidos e debatidos no campo acadêmico, sendo um tema que está relacionado às diversas áreas que compreende o conhecimento científico, migrando por algumas ramificações que compreende o conjunto das ciências:

O conceito de território é utilizado em diferentes ciências, como por exemplo, na biologia, sociologia e antropologia. Sua origem etimológica vem do latim territorium que se aproxima tanto de terra-territorium como térreo-territor o que remete ao domínio da terra e com inspiração no terror (HAESBAERT, 2004, p. 34)

Percebe-se na questão etimológica do termo território, que o mesmo tem sua origem no latim, e que está associado à terra, local onde os indivíduos que habitam nesse espaço exercem suas relações sociais, interagem e se tornam passivos dos conflitos.

Nesse sentido o território é compreendido como lugar de relações de poder entre grupos que vivem dentro de uma disparidade social e econômica, no ambiente denominado de território.

Nos últimos anos, inúmeras pesquisas e trabalhos acadêmicos têm sido produzidos e publicados em diversos lugares do mundo sobre questões relacionadas ao território, dando grandes contribuições no auxílio e processo de investigação científica, o que tem sido relevante para uma melhor compreensão desse tema:

Há um conjunto importante de pesquisadores que revisam e atualizam o conceito de território e a abordagem territorial, evidenciando as características da vida de indivíduos e a essencialidade das relações sociais e das territorialidades. São estudos que contribuem de forma decisiva na superação de uma concepção de território entendido como suporte da sociedade, sem homens ou configurado biologicamente por animais que ‘controlam’ - disputam certas áreas. (SAQUET, 2011, p.15)

Tentar compreender o território, que possui um conceito amplo e que requer inúmeras interpretações, dependendo da área que está sendo estudada, tem sido foco de estudo de um conjunto de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento científico, conforme pode ser percebido na fala acima citada por (SAQUET, 2011).

Para esse autor, a busca por conceber o território, possibilita uma maior compreensão de seus diferentes objetos de estudos, e possibilita um conhecimento mais minucioso e apurado das relações sociais.

SAQUET (2011) ao estudar sobre questões relacionadas ao território chama a atenção que as abordagens e concepções de território, e a discussão espaço-território não são recentes e tem sido feito por vários pesquisadores da geografia e de outras ciências a muitos anos.

No entanto, a questão do estudo do território é ainda hoje algo muito complexo, levando em consideração que essa categoria, não é um tema restrito a uma única área do conhecimento científico ou de uma única ciência, o que a princípio não nos permite delimitar o seu conceito absoluto.

Devido a essa complexidade conceitual, o território tem sido estudado por outras ciências, além da biologia, sociologia, antropologia e geografia, como: a economia, a história, o direito, e outras afins, que buscam defini-lo, com o objetivo de que suas pesquisas obtenham um maior respaldo teórico, e encontrem um terreno onde suas ideias possam ser consolidadas e propagadas.

Ao pensar sobre o território, costuma-se pensar que esse assunto, está relacionado à geografia, que tem nesse tema uma de suas principais categorias de estudo, que juntamente com a *paisagem*, a *região*, o *lugar* e o *espaço* formam o conjunto de categorias que são abordadas, discutidas e debatidas por essa ciência no ambiente acadêmico.

Porém, o estudo do território não é restrito da ciência geográfica, o que se torna necessário enfatizar, é que essa categoria é processualmente concebida a partir de diferentes abordagens conceituais, e que de acordo com a leitura que se faz do mesmo pode se tornar relevante na compreensão de um objeto de investigação que estar sendo analisado.

Sobre essas diferentes abordagens conceituais, torna-se necessário fazer um tratado historiográfico de como essas questões sobre o território, relacionadas a autores de diferentes áreas científicas, foram abordadas ao longo dos anos. É de suma importância buscar entender que ênfases e aspectos os teóricos que tem se empenhado no estudo do território priorizaram nas suas análises e construção conceitual do termo território.

Provavelmente Friedrich Ratzel, alemão, com vasto conhecimento de geografia, geologia, antropologia e etnologia, tenha sido o primeiro cientista a estudar questões relacionadas ao território no campo das ciências, seus estudos trouxe uma grande contribuição para o debate territorial nas as ciências humanas e sociais.

O Estado não é para nós um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo (*Boden*) imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha se evadir. (RATZEL, 1974, apud SOUSA, 1995)

Para Ratzel, o território era algo necessário à reprodução da sociedade e do Estado, representava a porção do espaço terrestre em que o Estado possui o domínio. Portanto, cabia ao Estado e aos seus membros/população o dever de defender o território, e para isso era fundamental que a área que compreende o território fosse bem delimitada.

é naturalizada por Ratzel, também na medida em que este não discute o conceito de território, desvinculando-o do seu enraizamento quase perene nos atributos do solo pátrio. Sintomaticamente, a palavra que Ratzel, comumente utiliza, não é *território* (*Territorium*), e sim solo (*Boden*), como se *território* fosse sempre sinônimo de *terrotório* de um Estado, e como se fosse algo vazio sem referencia aos atributos materiais, inclusive sobre tudo naturais (dados pelo sitio e pela posição), que de fato são designados de modo mais direto pela expressão *Boden*. (SOUZA, 1995, p. 86)

Ainda sobre a visão ratzeliana sobre o território percebemos que:

A visão ratzeliana considera o território como espaço concreto apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que o rege por meio de leis, e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais, a sua formação social. (LEAL; FONSECA, 2015, p. 18)

Atualmente, um dos autores mais respeitados quando se aborda a questão do território é do geógrafo francês Claude Raffestin, considerado por muitos estudiosos, um dos precursores na construção do conceito e análise do território.

Em sua obra “*pour une géographie du pouvoir*” de 1980, traduzida no Brasil em 1993 “*por uma geografia do poder*”, o autor separa uma unidade dessa obra para analisar o território, onde aborda como temas principais, os conceitos de: poder, território e territorialidade, categorias importantes na pesquisa que estamos analisando.

Na terceira unidade do livro, Raffestin aborda o território sobre o aspecto político, enfatiza as relações de poder que acontecem nessa área do globo terrestre, defende a idéia de que o espaço antecede o território, ou seja, para esse autor, o território se forma a partir do espaço:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Raffestin, além de enfatizar que o espaço antecede o território, afirma que é necessário definir o espaço para poder entender o território, relata que é no território que acontecem as relações de poder, e que entender a categoria poder é essencial para a compreensão do que vem a ser o território:

O território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si. (Op. cit. 1993, p. 158)

Segundo Raffestin, o território possui uma ênfase politico-administrativa, é concebido como espaço físico onde se localiza uma nação, no entanto, esse espaço, possui como características relevantes, questões relacionadas as formas de como o poder é exercido por parte daqueles que se relacionam dentro do território.

RAFFESTIN (1993) enfatiza que o território se insere no espaço, no entanto, não é o espaço, todavia, deve ser concebido como uma produção a partir do espaço e também como local onde acontecem as relações de poder entre os indivíduos que nele habitam.

Para Raffestin, o poder é considerado algo ambíguo, portanto defini-lo seria quase que impossível, levando em consideração que o mesmo é exercido por um conjunto de indivíduos, que ao fazer o uso do mesmo podem usufruí-lo para os seus próprios interesses, enfatiza que a ambiguidade do poder pode ser percebida por meio das relações que acontecem no território:

O poder nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor, quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: indicioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para se infiltrar-se até o coração do homem. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há “Poder” e o “poder”... o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por meio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. (Ibidi, p. 52)

Na sua obra por uma geografia do poder, Claude Raffestin (1993) estuda um conceito importante na concepção do território, que é o de *territorialidade*, afirma que a mesma resulta da apropriação do espaço de maneira concreta ou abstrata. Enfatiza que a territorialidade, pode ser entendida como um conjunto de relações socioespacial e temporariamente definida com a finalidade de conseguir a maior autonomia possível.

O conceito de territorialidade possibilita uma melhor compreensão da leitura das relações de poder que se evidenciam no território, e possibilita entender de forma minuciosa, como se processa essa ação dentro desse espaço, que resultará na territorialidade do mesmo por parte dos atores que exercem poder, e que detém o capital econômico:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’ ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por um intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (Ibidi, p. 158)

A concepção sobre o território de Claude Raffestin tem influenciado muitos teóricos das questões territoriais em várias partes do mundo, no Brasil tem se formado um movimento no campo da produção do conhecimento científico de pesquisadores que tem se engajado e mergulhado em pesquisas sobre o território dentro da concepção que se refere às relações de poder.

Nos últimos anos, especialistas no estudo do território e da territorialidade dentro do contexto brasileiro, tem se preocupado com o uso da terra e com as relações de poder que acontecem no território, que em algumas ocasiões contribuem para o surgimento da territorialidade:

As relações de poder presentes no território irão, muitas vezes, gerar conflitos, e posteriormente vão se territorializar e criar novas formas de organização do território. Na maioria das vezes esses conflitos acabam por transformar o espaço de uma forma tão agressiva que a sociedade inclusa neste pode perder a sua ligação com ele ou até mesmo ser (des) territorializada por agentes de poder maior, e logo após, ser (re) territorializada em outra área, esta que será escolhida ideologicamente pelos agentes territoriais de poder maior. (HAESBAERT, 2004, p. 27)

Quando se discute questões relacionadas sobre o território no Brasil, um autor se destaca por meio de suas pesquisas sobre essa categoria, que é o geógrafo Milton Santos, que ao analisar as questões referentes ao espaço e o território, tece as seguintes afirmações: *“o espaço é resultado da ação humana, e ele é reflexo e condição da sociedade. Então, se temos uma sociedade desigual, o espaço será desigualmente ocupado, distribuído e significado”* (SANTOS, 1995), enquanto que o território em sua concepção encontra-se numa dimensão diferente, sendo:

O lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, 1995, p. 13)

Percebe-se, que Milton Santos em sua análise, coloca o território, na mesma proporção de Raffestin, com uma visão de relações de poder. Ao longo dos anos, diversas tem sido as abordagens desse autor sobre o território, o que faz dele um dos cientistas mais renomados no sentido de contribuir para uma análise e debate dessa categoria. Para (SANTOS, 1995), é no território onde tudo acontece, destaca a visão do território associado ao trabalho, quando declara que: o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Em sua obra “*O País distorcido*” (2002), reúne uma coletânea de textos escritos e publicados, quando era colunista no Jornal Folha de São Paulo. Nessas produções em diversos momentos discute sobre o território, em um desses textos afirma que:

O território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições, e as empresas que abriga, não importa o seu poder. O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo. (SANTOS, 2002, p. 84)

Santos, reforça a concepção do território associado às relações de poder, de competições em que o Estado funciona como regulador em meio a uma sociedade globalizada, uma sociedade capitalista, na qual quem tem capital, tem poder e essa visão é reforçada com a territorialidade que acontece no território:

O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influí. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população. (SANTOS, 2003, p. 18)

Além desses autores até aqui citados, outros no Brasil também tem se inserido nessa discussão. Para o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira, (1997) o território é compreendido como: “*produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência.*”.

Na percepção de Ariovaldo Oliveira, o território é um espaço de conflitos entre grupos diferentes, que buscam a sobrevivência e a existência por meio de uma luta que parece interminável, dentro desse olhar a apropriação do território é uma arma poderosa para quem detém o poder.

O debate sobre questões relacionadas ao território e a territorialidade, tem sido foco de estudos para o geógrafo gaúcho, Rogerio Haesbaert, que tem analisado o território em suas pesquisas sobre diversos aspectos. Segundo HAESBAERT (2002), o território pode ser percebido por meio das vertentes: jurídico-política, culturalista e econômica.

Na vertente jurídico-política (HAESBAERT 2002), enfatiza que o território pode ser compreendido como espaço delimitado e controlado pelo Estado, na vertente cultural o território resulta da apropriação do espaço feita por intermédio do imaginário ou da identidade social, enquanto que na vertente econômica a ênfase está relacionada aos embates das classes sociais e a relação entre capital e trabalho que acontecem no espaço.

Para Haesbaert, essas vertentes encontram-se relacionadas e integradas entre-si no espaço e isso contribui para a noção de territorialidade ou espacialidade complexa:

Esses três elementos não são mutualmente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações socioespaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou de construção de conceitos 'híbridos' como o território rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38)

Marcelo José Lopes de Souza, (2001) ao analisar o território, em seu artigo *O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento*, publicado no livro *Geografia: conceitos e temas*, compreende que as vertentes políticas e culturais estão relacionadas a construção ou formação do conceito de território.

Faz uso em suas abordagens das grandes metrópoles que são formadas no Brasil, para poder explicar que nesses espaços se estabelecem relações de poder entre os diversos grupos sociais que se encontram no território, e que essas relações favorecem o surgimento de conflitos em consequência das diferenças culturais.

Compartilha da mesma concepção de Raffestin e Haesbaert, ao afirmar que o território é um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder, no entanto não defende a ideia de que o poder se restringe ao Estado, afirma que:

... o conceito de território deve abarcar infinitamente mais que o território do Estado-Nação. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN. (SOUZA, 2001, p. 111)

Defende a possibilidade da existência de múltiplos territórios dentro do espaço, territórios esses que podem ser formados e denominados dentro do espaço que envolve uma metrópole como: territórios da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais,

das gangues e outros, destaca ainda que esses territórios podem ter caráter temporários ou permanentes, ou seja podem assumir funções diferentes dependendo do turno.

Marcos Aurélio Saquet compartilha da concepção do território associado às relações de poder, e que esse poder geralmente é exercido por um grupo de pessoas que possuem o domínio sobre os demais indivíduos que compõem a sociedade.

Concorda com Marcelo José Lopes de Souza no que se refere ao poder como algo que não se restringe ao Estado, como defendia Friedrich Ratzel, e é favorável ao que Claude Raffestin discorre acerca do território e a territorialidade e sobre a concepção de Rogerio Haesbaert relacionada a construção do conceito de território, levando em consideração os aspectos jurídico-político, cultural e econômico:

... é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. (SAQUET, 2003, p. 24).

(SAQUET, op. cit. p. 22) enfatiza que:

O território é diferenciado do espaço por Claude Raffestin, ...especialmente, a partir da territorialidade cotidiana, ou seja no conjunto de relações estabelecida na vida em sociedade medida, pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem... É possível afirmar que o território é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, das pessoas.

Ainda sobre a concepção de territorialidade, (ibidi, p.70) afirma que:

A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e cultural.

Para este autor, as territorialidades econômicas, políticas e culturais resultam simultaneamente do território, ou seja, as territorialidades determinam e influenciam cada território, possibilitando as ações de poder de um grupo dominador sobre outro que é dominado.

Manuel Correia de Andrade, nos estudos sobre o território, sua abordagem se associa a questões políticas e econômicas referentes ao Brasil e essa leitura pode ser percebida a partir do seu livro: *A questão territorial no Brasil*, onde ele traz uma análise parecida com Raffestin:

o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado a ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado a ideia de poder, de controle, quer se faça referencia ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19)

O que se percebe no percurso sobre as concepções relacionadas ao território e a territorialidade é que ambos sofreram alterações na formulação de seus conceitos, de acordo com o espaço e o tempo, pois a forma como se conceberam essas categorias foram ao longo dos anos se modificando, em diversos ramos do conhecimento científico como na filosofia, na geografia, na sociologia e economia. (SAQUET, 2011)

No que se refere à proposta da pesquisa em estudo, a compreensão e assimilação dos conceitos de território e territorialidade, possibilitam entender as relações de poder que acontecem dentro do território em seus diversos segmentos, identificando como se processa as relações entre as empresas siderúrgicas que foram instaladas no município de Açailândia com a população local, envolvendo as esferas sociais, políticas e econômicas.

As noções dos conceitos de território e territorialidade ajudam a compreender e analisar, como as empresas que foram instaladas na região contemplada pelo PGC - Projeto Grande Carajás - interação com a população local.

Nesse sentido, esses conceitos buscam observar se é uma relação voltada a parcerias, conforme pode ser verificado nos registros dos EIA/RIMA – Estudos de Impacto Ambientais e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente e nas diversas audiências que os empreendimentos fazem com a população antes de suas instalações, ou se de fato é uma relação que se caracteriza por meio da apropriação do território.

Portanto, os conceitos estudados nesse capítulo tornam-se úteis nas observações e análises que foram feitas no que se refere à construção do território das indústrias siderúrgicas na cidade de Açailândia, como também ajudam a fazer outras leituras dos impactos socioambientais que ocorrem dentro do território, e ainda buscam entender o processo da dinâmica socioespacial recente no município de Açailândia.

3 A OCUPAÇÃO E A EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA

O processo de ocupação e povoamento de uma região resulta de uma série de investimentos que são feitos numa determinada área que compreende um município, o que torna um fator de atração para a chegada de um contingente populacional.

No Brasil as regiões menos povoadas nas décadas de 1950 e 1960, onde existiam estados da federação com uma população predominantemente rural, foram alvos de um conjunto de políticas públicas do governo federal, que visavam povoar e urbanizar essas áreas do território.

Nas questões que dizem respeito ao processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia (notadamente no período autoritário implantado no país após 1964), as decisões, no âmbito da esfera do Estado, propiciaram o surgimento de políticas públicas definidas com base em critérios e norma desconhecidas pela maioria da sociedade, direcionadas para atender interesses imediatos e modificadas ao sabor das conveniências dos grupos influentes por elas beneficiados... estudos de casos que dizem respeito aos esforços feitos pelo Estado, notadamente a partir do começo da década de 70, para conduzir e disciplinar o assentamento de camponeses na região, e, posteriormente, ao programa de incentivos fiscais para a Amazônia, voltado para a implementação de grandes empreendimentos agropecuários ou agroindustriais na Amazônia Legal. (PEREIRA, 1997, p. 25)

Para entender as etapas que envolvem o processo de ocupação e povoamento do município de Açailândia, é de suma importância que a leitura e as análises levem em consideração dois momentos distintos da história dessa cidade:

Foto 1 - Vista Parcial de Açailândia - 1983

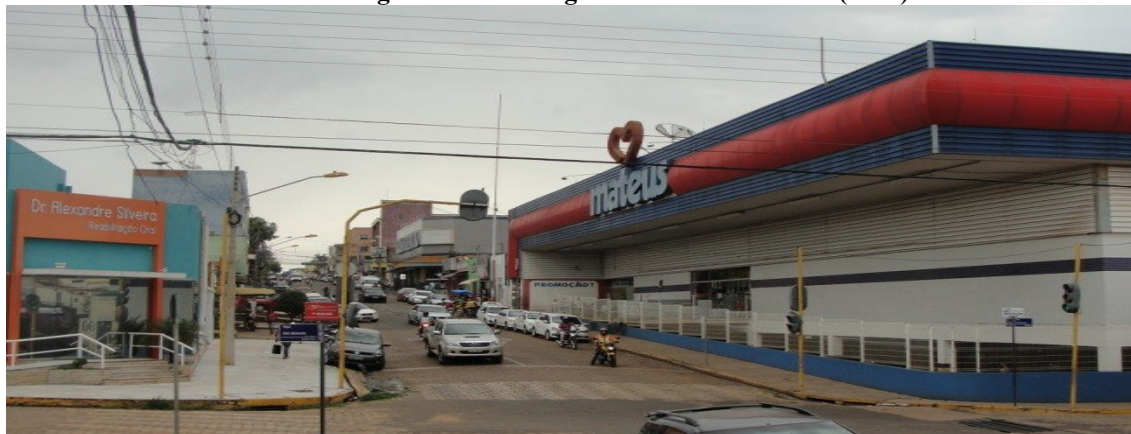


Fonte: IBGE, 1983

O primeiro refere-se ao período antes da chegada das indústrias siderúrgicas na década de 1980, onde, economicamente o que predominava nesse povoado, até então,

pertencente à cidade de Imperatriz, eram atividades relacionadas à agricultura, a pecuária, a extração de minérios e a exploração de madeiras, esse cenário econômico contribuiu para que essa região se caracterizasse até então como uma área predominante rural. (CARDOSO, 2002; EVANGELISTA, 2008)

Foto 2 - Imagem da Rua Dorgival Pinheiro de Souza (2015)



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Enquanto, que o segundo momento, está relacionado ao período depois da implantação dos primeiros empreendimentos siderúrgicos, a saber, a chegada da empresa Viena Siderúrgica, que no ano de 1988 se instalou e se consolidou no município.

A operacionalização dessas indústrias siderúrgicas ocasionaram transformações no espaço geográfico desse território, como: crescimento e a diversidade do comércio, que antes, possuía pouca representatividade e dependia muito da cidade de Imperatriz; crescimento das redes hoteleiras e bancárias, além das mudanças nas infraestruturas físicas do espaço que compreende o município.

Todas as áreas do país experimentam um revigoramento do seu processo de urbanização, ainda que níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território [...] A partir dos anos 60, e, sobretudo 70, as mudanças não apenas, quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o País conhece e que explicam a nova situação. (SANTOS, 1996, p.60)

A nova dinâmica da cidade, pós-chegada das empresas siderúrgicas e das implantações dos projetos governamentais na Amazônia oriental brasileira, contribuíram para o processo de urbanização do município de Açailândia:

Até a primeira metade dos anos oitenta a dinâmica econômica de Açailândia esteve relacionada com o desenvolvimento das explorações agrícolas, madeiras e da pecuária, cenário que mudará substancialmente com a construção da Estrada de Ferro Carajás e a implantação do Distrito Industrial do Piquiá, ações integrantes do Programa Grande Carajás. (EVANGELISTA, 2008, p. 43)

As mudanças ocorridas no território de Açailândia, a partir da década de 1980, desde o seu desmembramento da cidade de Imperatriz até o início dos projetos do governo federal, fez com que o município, recebesse uma série de investimentos, como os apontados por EVANGELISTA (2008), sendo rota da Estrada de Ferro Carajás - EFC e em seu território foi implantado o Distrito Industrial do Piquiá – Parque Industrial Químico de Açailândia, que está localizado a 15,0 km da área Central do município de Açailândia.

Historicamente o processo de ocupação e povoamento do município de Açailândia está associado, a um conjunto de políticas públicas adotadas pelo estado brasileiro, para que fosse povoada a Amazônia brasileira². (PITOMBEIRA, 2011)

O potencial econômico da Amazônia Oriental tornou-se evidente a partir da década de 1970, por ser uma área rica em minérios de ferro, o governo brasileiro adotou algumas políticas de desenvolvimentismo para essa região. Tais medidas políticas, tinham como objetivo integrar a Amazônia brasileira as outras regiões econômicas do país, principalmente as que se concentravam no eixo centro-sul. (FERRETE & RAMALHO, 2009)

Antes de ser alvo das políticas de colonização e de desenvolvimento conduzidas pelo Estado após 1950, a região amazônica era reconhecida como “Inferno Verde”, em alusão à predominância da floresta, vista como um espaço inadequado à ocupação humana e à reprodução do capital. Porém, essa percepção é modificada a partir de 1950 quando seus recursos naturais foram referenciados como potencialidades econômicas para o progresso do país. Desde então, a região amazônica passou a ser conotada como a mais nova “fronteira de recursos e de novas oportunidades” (REIS; SOUSA, 2014. p. 02)

²A Amazônia brasileira, compreende todos os Estados da Região Norte do país, porção oeste do Estado do Maranhão, norte do Mato Grosso, e encontra-se dividida em: Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), cujo projeto vetor foi a Zona Franca de Manaus, e em Amazônia Oriental (Pará, Amapá, parte ocidental do Maranhão, Tocantins – e Mato Grosso), onde o grande projeto de destaque foi o Programa Grande Carajás - PGC (GOMES, 2009).

A cidade de Açailândia, por está localizada na área geográfica que compreende a Amazônia Oriental, foi uma das cidades do Maranhão contemplada pelas políticas públicas adotadas pelo governo federal, que buscava nessas ações o desenvolvimento socioeconômico dessa região brasileira.

3.1– Os grandes empreendimentos federais na Amazônia Oriental brasileira

As políticas públicas adotadas pelo governo federal para a região amazônica brasileira tem em sua gênese, o intuito de migrar não apenas um contingente populacional, para a região da Amazônia Oriental, considerada uma região de contrastes, por demonstrar possibilidades de um grande desenvolvimento regional, ser uma região rica em minérios, possuir um solo fértil e uma grande flora e fauna relevante.

No entanto, por muitos anos, foi uma região de abandonada e marginalizada nos aspectos sociais, políticos e econômicos, durante quase todo o período que compreendeu o regime da ditadura militar no território brasileiro.

O modo de ocupação da região amazônica favoreceu a implantação de grandes projetos com objetivos claros de atender os grupos capitalistas que visavam somente a exploração das riquezas naturais. Como consequência do suposto desenvolvimento regional o que ocorreu, de fato, foi o alargamento das expressões da questão social. (SANTOS e et al, 2013)

Parte dessa política desenvolvimentista adotada pelo governo federal na Amazônia Oriental foi voltada para o incremento de atividades industriais, caso da siderurgia, através da concessão de incentivos fiscais e financeiros. (CARNEIRO, 2009).

Os incentivos fiscais, concedidos pelo governo, possibilitou a chegada de empreendimentos siderúrgicos no município de Açailândia, o que a princípio mobilizou a economia da região nos setores agrícolas, da extração de madeira e minério. (FERRETTI; RAMALHO, 2009)

Sobre o programa de incentivos fiscais: (PEREIRA, 1997, p. 25) declara que:

O programa de incentivos foi sendo desacelerado gradativamente, e, embora de forma muito incipiente, essa forma de ocupação e desenvolvimento da Amazônia foi sendo questionada dentro do próprio governo, por setores específicos da sociedade e por organizações não governamentais, notadamente devido aos danos causados ao meio ambiente da região. Registre-se que o sistema permanece ativado, com restrições, e esses tipos de projetos, a partir de pressões políticas, eventualmente ainda recebem incentivos fiscais.

Observa-se que o governo brasileiro, que permitiu a instalação das empresas advindas do centro-sul do Brasil, isentando-as do pagamento de impostos, e trazendo-as com o propósito de atração de um contingente populacional e desenvolvimento econômico da região amazônica brasileira, de maneira gradativa, começou a perceber que não tinha feito um bom investimento, principalmente por causa dos impactos causados por essas empresas e seus respectivos danos ambientais a sociedade. (PEREIRA, 1997 apud MUELLER, 1990, p. 27) comenta que:

Um dos efeitos negativos do programa de incentivos fiscais da Amazônia Legal foi o forte impulso que deu à expansão de frentes especulativas. A valorização de terras e a captação de recursos livres predominavam na decisão de grupos empresariais de apresentar projetos à Sudam, tendo os retornos produtivos dos investimentos a importância secundária. Assim, a despeito das dificuldades que muitos desses projetos foram apresentando, a demanda por terras causada por eles permaneceu elevada e surgiram ou se ampliaram conflitos nas áreas da Amazônia em que frentes especulativas se superpunham a frentes de subsistência.

O resultado do conjunto das políticas públicas adotadas pelo estado brasileiro possibilitou a migração de alguns polos industriais, que se concentravam na sua maioria no centro-sul do Brasil, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais para a região amazônica, e o Estado do Maranhão foi alvo dessas ações governamentais.

Na década de 1970 o Estado do Maranhão vivencia um contexto de investimentos voltados ao modelo de modernização projetado para a Amazônia Brasileira. Motivado por interesses de natureza militar e estratégica, o governo militar preocupado com a cobiça internacional das terras amazônicas planejou políticas públicas que implicassem na defesa de nossas fronteiras territoriais e integração econômica da Amazônia ao restante do país. Até então a Amazônia era considerada como sinônimo de atraso, comparada as outras regiões brasileiras. (PITOMBEIRA, 2011, p.25)

Além do Maranhão, o Estado do Pará foi também contemplado por um significativo conjunto dessas políticas públicas federais, e em suas áreas foram instalados alguns empreendimentos industriais, provenientes da região centro-sul do Brasil, a saber, as indústrias de siderurgias, que se instalaram em algumas cidades

desses dois estados da federação brasileira, com destaque para as cidades de Marabá (PA) e Açailândia (MA), que recebem um número considerável desses empreendimentos siderúrgicos.

3.1.1 - A participação das empresas United States Steel e Companhia Vale do Rio Doce na descoberta de minério na Região de Carajás.

Cientes da riqueza econômica, da Amazônia Oriental o governo brasileiro, no período da ditadura militar em parceria com a antiga empresa estatal brasileira, Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, conhecida atualmente como Vale, e da empresa norte americana U. S. Steel investiram em pesquisas na região dos Carajás, a fim de detectar o potencial econômico dessa região, que era evidenciado, principalmente por sua diversidade de minérios de ferro. (MARGULIS, 1990, p. 193)

A descoberta da existência de minério de ferro na região dos Carajás aconteceu em 1967 por técnicos da empresa norte-americana U.S. Steel. Depois de cedidos os alvarás de pesquisa a empresa, o governo brasileiro, percebendo a importância da descoberta potencial, exigiu da U. S. Steel a participação brasileira no levantamento geológico e no possível empreendimento a ser ali desenvolvido. Isto resultou na fundação da Amazônia Mineração S/A. – Amza, em 1970, com a participação majoritária da Companhia Vale do Rio Doce, que entrou representando o interesse nacional (51%) e a U.S. Steel (49%).

A U. S Steel – United States Steel, de acordo com (VIEIRA, 2010) já atuava no território brasileiro, e concentrava suas explorações nas minas existentes na cidade de Conselheiro Lafaiete, no Estado de Minas Gerais e também na cidade de Urucum, no Estado do Mato Grosso.

No dia 31 de Julho de 1967 a U.S. Steel, descobre a existência de minérios no sul do Pará na região de Carajás, a existência da descoberta de uma mina na região chamou a atenção do governo brasileiro. Com receio de que uma empresa multinacional assumisse o controle total da exploração de minério de ferro dessa região, o governo convidou à empresa CVRD, para se inserir no processo de descoberta de minérios e também na exploração dos mesmos. (MARGULIS, 1990; MACHADO 1991)

A CVRD fez uma parceria com a U.S. Steel, dando origem a Amazônia Mineração S/A – AMZA em 15 de Abril de 1970, cujo propósito era extrair e explorar a

abundante reserva de minério de ferro recém-descoberta em Carajás no Estado do Pará. (MACHADO, 1991)

De acordo com (MARGULIS, 1990; VIEIRA, 2010), a U.S. Steel, não demonstrava muito interesse na exploração do minério de ferro nas minas de Carajás, por já está com equipes trabalhando nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, e em outros países, a saber, nos Estados Unidos onde ficava a sua sede mundial, no Canadá e principalmente na Venezuela, onde estavam prestes a perder o controle da exploração de minério de ferro por causa da nacionalização de uma grande empresa de mineração denominada de *Orinoco Mining*.

Esse contexto contribuiu para que a U. S. Steel, focasse sua atenção nas minas de minério de ferro da Venezuela e não desse a atenção devida para a exploração de minério na região de Carajás, o que culminou no fim da parceria entre a U. S. Steel e a CVRD, no ano de 1977.

Como os americanos não queriam colocar dinheiro no projeto, devido ao problema da Venezuela, e à recessão mundial provocada pela crise do petróleo, a Companhia Vale do Rio Doce, não concordando com tal atitude, resolveu comprar a parte da United States Steel, fazendo com que ela saísse do projeto. Em 1977, a sociedade é desfeita, quando a CVRD pagou 50 milhões de dólares a United States Steel e assumiu sozinha os encargos do projeto. (VIEIRA, 2010, p. 44)

Em 1979, a CVRD, detentora de 51% (cinquenta e um por cento) da antiga sociedade, assume o controle total do projeto e começa a exploração mais intensa do minério de ferro, lançando assim o início de uma construção de um grande complexo industrial para essa região do país, que mais tarde culminaria na chegada dos empreendimentos siderúrgicos nos estados do Pará e Maranhão respectivamente.

Com a saída da United States Steel da parceria da exploração do minério de ferro a CVRD, formaliza a implantação do Projeto Ferro Carajás – PFC, que tinha como objetivo explorar o minério de ferro da região de Carajás e vendê-lo para o mercado externo. No início o projeto foi desenvolvido para colocar no mercado internacional 35 milhões de toneladas de minérios de ferro. (VIEIRA, 2010)

A CVRD, é uma empresa cuja data de fundação remete ao ano de 1942, nasce com a função de explorar as jazidas de minério da região de Itabira em Minas Gerais,

dez anos depois essa empresa passa para o controle estatal, nesse período, torna-se uma das mais importantes estatais do governo brasileiro.

Durante o tempo que a CVRD esteve subordinada ao estado brasileiro, aconteceu a fusão com a empresa norte americana United States Steel, e também o termino dessa parceria, todavia, no ano de 1997, a Vale se torna uma empresa privatizada e começa a ser denominada de Vale S/A. Na região de Carajás/PA, torna-se responsável pela maior jazida de minério de ferro do mundo.

3.2 – O Programa Grande Carajás

Com a descoberta da maior jazida de minério do mundo na região de Carajás, e devido a necessidade de maiores investimentos nessa região, o governo brasileiro assume uma parceria com a CVRD. Essa junção contribuiu para o surgimento do Programa Grande Carajás (PGC):

O Programa Grande Carajás foi concebido para a implementação de um complexo logístico orientado inicialmente para a exportação de 35 milhões de toneladas de minério de ferro da região de Carajás. Este complexo é constituído de uma mina a céu aberto, uma ferrovia com aproximadamente 890 km de extensão e um porto de águas profundas em São Luís (ponta de Madeira – 23 m de calado) todos operados pela Companhia Vale do Rio Doce desde 1985, tendo seu investimento inicial alcançado US\$ 2,9 bilhões. (Relatório FIDH - Federação Internacional dos Direitos Humanos – Quanto valem os direitos humanos? p.19).

O PGC foi um dos investimentos do Governo Federal, que surgiu durante a gestão do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, que governou o país de 1964 a 1967. O PGC resultou de uma série de políticas públicas que visava o desenvolvimento e o povoamento da Amazônia oriental, e contemplou os Estados do Pará e do Maranhão, com uma série de benefícios federais.

o governo Castelo Branco lançou a chamada “Operação Amazônia” cujo objetivo era dar outro direcionamento às políticas de desenvolvimento para a Amazônia, bem como reestruturar as agências financiadoras. A primeira ação foi a criação do Banco da Amazônia (BASA) em setembro de 1966, em substituição ao BCA S/A. Foi criada em outubro do mesmo ano, em substituição à SPVEA, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e por fim, através da Lei 5.174 de 27 de outubro de 1966, os incentivos fiscais para o setor privado passaram a ter uma nova normatização, sendo extinto o FVEA, surgindo em seu lugar o Fundo de Investimento Privado de Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM). A área de atuação destes órgãos se restringiria à Amazônia Legal (SANTOS, 2015, p. 19)

Esse programa gerou um significativo fluxo migratório para a região da Amazônia Oriental, o seu respaldo está no (DECRETO LEI 1.813 de 24 de Novembro de 1980):

Aos empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás seria conferido tratamento preferencial pelos órgãos e entidades da administração Federal, observada a legislação aplicável para efeito de: a) concessão, arrendamento e titulação das terras públicas, regularização e discriminação das terras devolutas ou, quando fosse o caso, a desapropriação de terras particulares necessárias a execução dos projetos; b) licença ou concessão para construção e operação de instalações portuárias; c) contratos para fornecimento de energia elétrica de para transporte fluvial; d) cessão ou arrendamento de direitos de exploração mineral ou florestal; e) autorização, emissão de guias e concessão de financiamentos para exportação; f) autorização e emissão de guias para importação de máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como conjuntos, partes, peças e acessórios destinado a implantação, ampliação, modernização ou reaparelhamento de empresas, inclusive no caso de investimento direto do estrangeiro sob a forma de bens ou serviços; g) autorização e registros de empréstimos externos, inclusive para pagamento no exterior de bens ou serviços; h) concessão de aval ou garantia do Tesouro Nacional, ou de instituições financeiras públicas, para empréstimos externos; i) autorização para o funcionamento de empresas de mineração; j) participação com recursos públicos, no capital social de sociedades titulares dos projetos; l) aprovação dos contratos de transferências de tecnologia, assistência ou consultoria técnica para a implantação e operação dos projetos; e m) quaisquer outros atos, formalidades ou diligências necessárias à aprovação e execução dos empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás. (DECRETO LEI 1.813 de 24 de Novembro de 1980)

A descoberta do potencial econômico dessa sub-região brasileira, cooperou para que a mesma tornar-se alvo de projetos e investimentos do governo federal, o principal deles, foi o PGC, considerado de grande relevância para o desenvolvimento dessa porção do território nacional.

O PGC, um dos programas governamentais implantados na Amazônia brasileira, mas especificamente na parte oriental, nasce com o intuito de explorar o minério da região de Carajás, na parte sul do Estado do Pará.

De forma mais concreta, após o golpe militar de 1964 a Amazônia passou a ser vista pelo governo brasileiro como uma região que deveria ter seu território mais ocupado, por razões políticas e econômicas. Como desdobramento, em 1966 foi apresentada a Operação Amazônia, com o objetivo declarado de modernizar a economia regional e implantar projetos que contribuíssem para o processo de substituição de importações. Em 1967, foram descobertas reservas de minérios na localidade Serra dos Carajás, no Estado do Pará, e em 1970 foi estabelecido o Plano de Desenvolvimento da Amazônia. (MADEIRA, 2015, p.73)

Sobre o objetivo essencial do PGC, (VIEIRA, 2010, p. 50) aponta que:

O principal objetivo do Programa Grande Carajás, definido pelo Governo, era a formação de divisas para o país, através da implantação de grandes projetos de exportação e de infraestrutura básica necessária a sua visualização. O Programa Grande Carajás também tinha a função de conceder incentivos fiscais e financeiros em regime especial, como instrumentos básicos para induzir investimentos privados nas mais diversas atividades econômicas.

Ainda sobre o PGC, de acordo com o artigo 2º do Decreto Lei 1.813 de 24 de Novembro de 1980, o mesmo envolve alguns empreendimentos, que se classificam como serviços de infraestrutura e projetos voltados as atividades que estejam relacionadas a esse programa.

I – serviços de infraestrutura, com prioridade para:

- a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás - São Luís;
- b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás;
- c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas;
- d) outros projetos concernentes a infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás;
- e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas;

II - projetos que tenham por objetivo atividades de:

- a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais;
- b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria;
- c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas;

III - outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região.

Esse Programa, conforme aponta (VIEIRA, 2010) foi uma tentativa de dar continuidade a outros projetos já existentes antes do PGC, como o Projeto Ferro Carajás, a Albras, Alumar, Alunorte e a Usina de Tucuruí, e foi criado através do Decreto Lei nº 1.813 datado de 24 de Novembro de 1980.

Anthony Hall (1989) aponta que foram aplicados no PGC mais de US\$ 60 bilhões em investimentos, dos quais 28 bilhões foram destinados aos projetos minero-metalúrgicos, 13 bilhões para agricultura, silvicultura e agropecuária e 22 bilhões para a infraestrutura de suporte.

Os investimentos previstos para o PFC abarcaram também ampla infraestrutura de apoio às atividades de extração e processamento do minério, tais como a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a implantação de produtoras de ferro-gusa ao longo de seu eixo e o Porto de Ponta da Madeira, em São Luís.

3.3 – O Programa Grande Carajás no Estado do Maranhão

No Estado do Maranhão, a parte que compreende a mesorregião oeste, que se encontra localizada na área pertencente à Amazônia Oriental, foi o alvo dos empreendimentos siderúrgicos, tendo seu território incluindo na rota da EFC, e recebeu um número significativo de indústrias siderúrgicas que se instalaram na cidade de Açailândia.

Um dos resultados do PGC para a microrregião de Imperatriz, uma das vinte e uma microrregiões do Maranhão, situada a oeste do estado, foi a montagem de empresas de reflorestamento de eucalipto e indústrias siderúrgicas nos municípios de Imperatriz e Açailândia, distantes setenta quilômetros um do outro. Esses empreendimentos são responsáveis pela concentração de terras, devastação florestal, mudanças nas relações de trabalho e uma série de outras mudanças, que se dão, em parte, pela imposição dos grandes empreendimentos e, por outro lado, pela aceitação por parte dessas populações. (SANTOS, p. 2, 2009)

Outra região do Maranhão, contemplada pelo PGC foi a cidade de São Luís, por possuir o Porto da Ponta da Madeira, local de exportação do minério de ferro, proveniente do Carajás, que ao chegar à capital maranhense é vendido para outros países, a saber: países europeus, asiáticos e os Estados Unidos.

A escolha desse porto se deu por causa de fatores como: sua profundidade e pela aproximação da cidade de São Luís dos continentes europeu, asiático e dos Estados Unidos, locais que eram exportados os minérios. (EVANGELISTA, 2008; VIEIRA, 2010)

Com a oficialização do PCG, a região amazônica brasileira, começa a receber na década de 1980, um significativo fluxo migratório. No Estado do Maranhão a maior parte dos migrantes eram provenientes, dos Estados da região nordeste como: Pernambuco, Ceará e Bahia, que atraídos pelas propostas de empregos e buscando melhores condições de vida, fixaram suas residências na cidade de Açailândia. (EVANGELISTA, 2008)

No processo de ocupação e povoamento da região amazônica, outro fator importante que foi inserido nas políticas adotadas pelo governo federal e que contribuiu para essa migração foi o incentivo ao desenvolvimento agropecuário nessa região.

O objetivo era migrar os trabalhadores de outras partes da região nordeste, que clamavam por reforma agrária naquela região, e em troca o governo facilitava o acesso migratório na Amazônia Oriental como forma de paliativo no que se refere a reforma agrária.

A reforma agrária e a necessidade de criar um mercado no setor rural sempre foram temas presentes no debate nacional, bem como a reação contrária dos proprietários de terra e, paradoxalmente, dos novos industriais. Desde o século anterior, muitos defendiam a necessidade de uma modificação na estrutura e do uso da terra. (BUARQUE, 1994, p. 23)

A solução para as problemáticas sociais, encontrada pelo governo federal foi o de propor um aceleração nas políticas migratórias, principalmente àquelas voltadas a ocupação e povoamento da região amazônica brasileira.

Essa região recebeu um significativo fluxo de migrantes nordestinos, que provavelmente vieram em busca da concretização da promessa de melhores condições de vida que essa região apresentava, quando da chegada desses programas nessa parte da nação brasileira. (EVANGELISTA, 2008)

3.4 – O Surgimento do Município de Açailândia

As políticas públicas de povoamento e desenvolvimento na Amazônia Oriental, desenvolvidas pelo governo federal, como a construção da BR 010, conhecida como Belém – Brasília, e que serve de ligação entre a região amazônica com outras regiões brasileiras, fortaleceram a ideia de que o desenvolvimento chegou aos Estados que compõem essa porção territorial da Amazônia Oriental.

A Amazônia era considerada como um tipo de espaço em vias de desenvolvimento, muito rústico e incompleto. É certo que, para essa grande região, o Estado Brasileiro adotou uma política que teve sucessos locais, acarretando e acumulando, porém, muitos grandes problemas ecológicos e ambientais entre 1960-1980... (SILVA, 2003. p. 111)

No entanto, o que se percebe, é que nem sempre a ideia do desenvolvimento, contribui para a economia do município, gerando empregos para aqueles que são atraídos para uma região por causa dos rumores que se ouvem sobre a chegada do desenvolvimento econômico.

Os grandes empreendimentos industriais na Amazônia Oriental atraiu um grande fluxo populacional, provenientes de diversas partes do país e contribuiu para a ocupação e povoamento no entorno da EFC:



Fonte Vale S/A, 2015.

De acordo com informações da Empresa Vale S/A, registrada no livreto informativo, “Um olhar sobre a Estrada de Ferro Carajás”, publicado pela Fundação Vale, o mesmo afirma que ao todo a EFC, passa por 04 cidades dos Estados do Pará, e 21 do Maranhão, onde vivem aproximadamente 2,2 milhões de pessoas, perfazendo um total de 892 quilômetros de extensão, desde a cidade de Parauapebas no Pará, até São Luís capital do Estado do Maranhão.

Quadro 03 – Cidades no Entorno da Estrada de Ferro Carajás

Cidade	Estado da Federação	População (Censo 2010)	Ano de Fundação
São Luís	MA	1.011.943	08.09.1612
Bacabeira	MA	14.965	10.11.1994
Santa Rita	MA	32.365	02.10.1961
Anajatuba	MA	25.294	22.07.1854
Itapecuru-Mirim	MA	62.123	21.07.1870
Miranda do Norte	MA	24.331	15.03.1988
Arari	MA	28.477	27.06.1864
Vitória do Mearim	MA	31.234	19.04.1833
Igarapé do Meio	MA	12.543	29.09.1995
Monção	MA	31.748	16.07.1757
Santa Inês	MA	78.182	14.03.1967
Pindaré Mirim	MA	31.145	28.07.1923
Tufilândia	MA	5.527	
Alto Alegre do Pindaré	MA	31.028	10.11.1994
Buritcupu	MA	65.226	10.11.1994
Bom Jardim	MA	39.093	14.03.1967
Bom Jesus da Selva	MA	28.456	10.11.1994
Açailândia	MA	109.685	06.06.1981
Cidelândia	MA	13.593	10.11.1994
Vila Nova dos Martírios	MA	11.258	07.02.1961
São Pedro da Água Branca	MA	12.025	05.06.1996
Bom Jesus do Tocantins	PA	15.246	10.05.1988
Curionópolis	PA	18.295	10.05.1988
Marabá	PA	233.462	27.02.1913
Parauapebas	PA	153.942	10.05.1988

Fonte: Gilson dos Santos Belfort

No território maranhense a EFC faz conexão entre as estradas de ferro: Norte Sul e a Companhia Ferroviária do Nordeste; Da Serra de Carajás a São Luís, a linha férrea tem 725 travessias, possui 214 locomotivas e quase 13 mil vagões e um Centro de Controle Operacional moderno, localizado em São Luís, possui uma extensão de 63,4 mil quilômetros quadrados.

Sobre a Ferrovia Norte-Sul, é importante enfatizar que atravessa as regiões centro-oeste e norte do Brasil, tem aproximadamente 2.100km, no território maranhense faz conexão com a EFC, no Bairro do Piquiá de Baixo na cidade de Açailândia. A utilidade dessa ferrovia em solo maranhense é que a mesma serve de trajeto para o transporte de grãos e outros tipos de alimentos que são produzidos no Estado do Maranhão. (NASCIMENTO, 2013)

Foto 3 - Ferrovia Norte-Sul no Bairro do Piquiá de Baixo



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Nesse contexto e reforçados pelos fatores acima mencionados, surge à cidade de Açailândia, alvo dos empreendimentos do governo federal, a saber, as indústrias siderúrgicas, que se instalaram nesse município a partir da década de 1980.

Açailândia é um dos mais novos municípios do Maranhão, a origem do seu nome está associada ao *açaizeiro*, árvore que existia em abundância neste povoado na década de 1950, devido a fertilidade da terra e nascia próximo aos riachos que existia no povoado, em especial no riacho Açailândia.

As folhas do *açaizeiro* eram utilizadas na cobertura dos barracos dos primeiros grupos de trabalhadores, que migraram para esta região, para trabalhar nas obras que

estavam sendo realizadas. Do açazeiro era possível se retirar a madeira, a palha, e o palmito. (IBGE, 2015; NASCIMENTO, 2013)

FOTO 4 - Vista Panorâmica da cidade de Açailândia



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

O espaço onde atualmente se localiza o território de Açailândia era considerado um dos mais férteis do município de Imperatriz, sendo bastante rico em água, madeira e uma terra bastante produtiva, onde era cultivados plantios de arroz, milho, mandioca, pimenta do reino, feijão e tomate.

Vale ressaltar que nesse período a pecuária nesse povoado já ganhava destaque no cenário econômico maranhense:

Açailândia pode ser considerado como um município que espelha de forma exemplar as principais transformações que ocorreram na Amazônia Oriental nas últimas quatro décadas. Surgida de um canteiro de obras durante a construção da BR-010 essa cidade assistirá, num período extremamente curto, o desenvolvimento de diversos fluxos camponeses, e estabelecimento da grande propriedade agropecuária e a chegada da indústria madeireira. (EVANGELISTA, 2008, p. 95)

A cidade de Açailândia encontra-se localizada de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), na 3ª mesorregião Oeste do Estado do Maranhão, fazendo parte da microrregião de Imperatriz, inserida na pré-amazonia maranhense (Amazônia oriental).

Possui uma área territorial de 5.806,371 km², e uma população de 109.685 habitantes, possuindo uma densidade demográfica de 18,89 hab/km², sendo considerada atualmente a oitava cidade mais populosa do Estado do Maranhão, possui como

Coordenadas geográficas: latitude 04° 56' 49'' S e longitude 47° 30' 18'' O, sua Altitude é de 240 m.



Fonte: www.oeb.org.br

Atualmente, Açailândia possui como limites territoriais:

N - Bom Jardim (MA);

S - São Francisco do Brejão e Cidelândia;

E - Bom Jesus da Selva, Amarante do Maranhão e João Lisboa;

W - Itinga do Maranhão e o Estado do Pará.

³A Mesorregião Oeste do Estado do Maranhão possui 16 municípios, uma área de 29.483.768 km², uma população de 583.256 habitantes (IBGE 2014) e um PIB estimado em R\$ 4.131.313.380 conforme (IBGE 2010).

No dia 06 de Junho de 1981, Açailândia, foi elevada a categoria de município, por meio da Lei Estadual nº 4.295, sendo desmembrado da cidade de Imperatriz, passando a partir dessa data a ter autonomia própria.

Com o desmembramento da cidade de Imperatriz, o município de Açailândia passou a ser alvo de inúmeros empreendimentos empresariais, bem como se tornou alvo das políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro, a partir da década de 1970.

Na década de 1950 o presidente da República Federativa do Brasil Juscelino Kubitschek, esteve em Açailândia, junto com sua comitiva no ano de 1959, a fim de verificar como estavam se processando as obras da Belém-Brasília, e os demais projetos que envolviam o Plano de metas estabelecidas por seu governo:

No dia 1º de janeiro de 1959, o presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira esteve em Açailândia, para inaugurar o escritório da Rodobras e supervisionar outras obras da rodovia Belém-Brasília, onde agradeceu ao professor José Antero de Carvalho e o engenheiro Bernardo Sayão Carvalho Araújo, em nome dos quais ele resume sua visão sobre seu governo e seu futuro político, dizendo: “sinto-me satisfeito em poder proclamar que na presidência da república, não faltei a um só dos compromissos que assumi como candidato. Mercê de Deus, em muitos setores realizei além do que prometi, fazendo o Brasil avançar, pelo menos, cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo. (EVANGELISTA, 2013, p. 70)

A partir da década de 1980, Açailândia, começa a atrair um grande contingente populacional de diversas partes do Brasil, um fator primordial para esse grande fluxo migratório, se deu devido a chegada dos primeiros empreendimentos siderúrgicos, que se instalaram em meados da década de 1980.

Açailândia por ser cortada pela Estrada de Ferro Carajás, e também por sua privilegiada localização geográfica, oferecendo condições ideais para a implantação dessas empresas, foi contemplada com cinco indústrias do ramo siderúrgico: Viena Siderúrgica do Maranhão S/A; Cia Siderúrgica Vale do Pindaré; SIMASA – Siderúrgica do Maranhão S/A; FERGUMAR – Ferro-Gusa do Maranhão Ltda e Gusa Nordeste S/A. essas usinas deram origem ao Polo Guseiro que se encontra instalado em Açailândia, mas precisamente em Pequiá. (VIERA, 2010, p. 59)

O processo de ocupação e povoamento do município começa desde a década de 1950, com o início da construção da BR 010, até sua emancipação de Imperatriz na década de 1980, a formação do município está associado a alguns fatores, a saber: os primeiros fluxos migratórios para a região amazônica brasileira, como também as

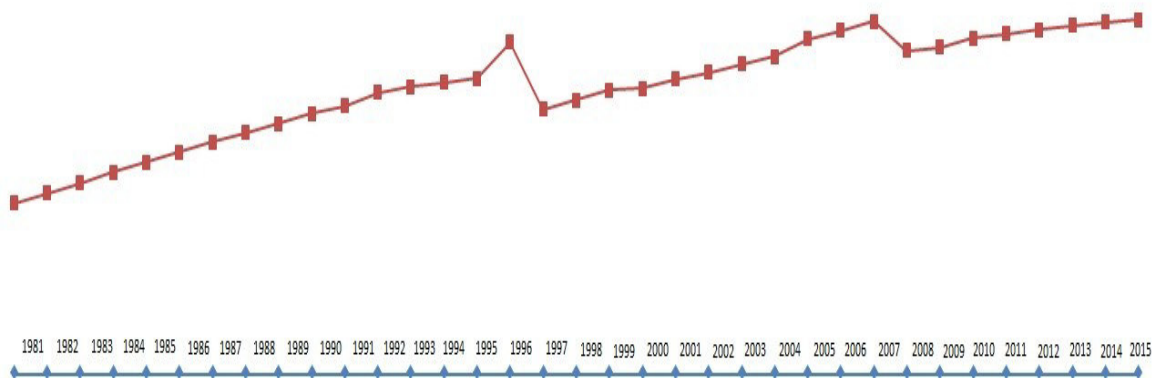
políticas públicas adotadas pelo governo federal que contribuíram para acelerar o surgimento do município:

Inicialmente a ocupação de Açailândia, então pertencente ao município de Imperatriz, se caracterizava por duas correntes distintas em que a primeira se dá através de um fluxo migratório, composto por grupos de segmentos camponeses vindos principalmente dos Estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, por volta da década de 60 e 70. Na segunda metade da década de 60, outra corrente chega é composta principalmente por trabalhadores não agrícolas e com algum recurso e se instalam no comercio ou montam pequenas serrarias. Estes grupos vieram dos Estados da Bahia e de Minas Gerais, através da BR 010 – Belém-Brasília. (CARDOSO, 2002, p.47)

Desde a sua fundação até os dias de hoje, o município de Açailândia, passou por mudanças significativas na sua economia, o que possibilitou oscilações numéricas na sua população, que em alguns intervalos oscilavam demograficamente, de acordo com os momentos principalmente econômico que a cidade atravessava.

As boas notícias que se falavam de Açailândia, contribuíram para que um considerável número de trabalhadores migrassem para esse município, principalmente por ter sido uma região que recebeu consideráveis investimentos federais, que redundou nas instalações das indústrias de siderurgias.

Gráfico 1 - população do município de Açailândia de 1981-2015



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2016)

Percebe-se no gráfico acima uma crescente no número de habitantes em Açailândia desde 1981, o ano da sua emancipação até o ano de 1996. Com a chegada dos empreendimentos siderúrgicos. Ocorre também um aumento demográfico no novo município, esse aumento torna-se maior no intervalo de 1985 a 1990, quando ocorre a

implantação das primeiras empresas siderúrgicas: Viena Siderúrgica S/A (1988), Siderúrgica Vale do Pindaré (1988) e Siderúrgica do Maranhão - Simasa (1990).

Entre os anos de 1996 a 2007, a população do município oscila relativamente, se em 1996 sua população cresceu, a partir 1997 até o ano de 1999, acontece uma baixa no numero total de habitantes, anos em que algumas siderurgias, começam a operar em baixa. A partir dos anos 2000, a população volta a crescer por causa da recuperação do mercado siderúrgico.

O período anterior a crise mundial no ano de 2007, as siderurgias estavam em alta no município de Açailândia, a exportação a todo o vapor; em 2008, ano da crise mundial, a população não decresce tanto, mesmo com o fechamento de duas empresas siderúrgicas, que trouxe como consequências trabalhadores demitidos dessas indústrias, enquanto outros receberam férias coletivas, a população que ficou desempregada, buscou outros meios de sobrevivência no mercado de empregos, migrando para o comércio e outros setores.

Embora a quantidade de ferro-gusa exportado decresça entre os anos de 2006-2008, o valor (US\$) exportado não para de crescer até 2008, quando atinge a sua maior arrecadação (US\$ 483.917.087), com o preço da tonelada do gusa estando na média de US\$ 486,00/ton, superando a marca do ano de 2007, até então a maior (US\$ 313,00/ton). O ano de 2008, por sua vez, é emblemático para a produção industrial de Açailândia, pois coloca duas situações distintas *vis-à-vis*: se por um lado o ferro-gusa exportado chegou ao pico de seu valor, por outro, este ano é marcado pelo começo de uma sequência de demissões e desaceleração da capacidade produtiva do polo industrial de Açailândia, por conta da crise mundial ocorrida neste ano. (MANCINI, 2015, p. 72)

Muitos que migraram para essa região chegaram com grandes perspectivas de melhorar economicamente suas condições de vida e possuía uma visão bem escatológica sobre o município.

As indústrias siderúrgicas de Açailândia foram concebidas numa época em que se vislumbrava uma expectativa muito grande de uma geração de empregos para o município, e uma forte idéia de que o minério de ferro produzido na Região dos Carajás seria processado nas siderurgias de Açailândia.

O polo siderúrgico apresentou grandes perspectivas de expansão do nível de emprego na região, pois para o programa interessava a verticalização como forma de aumentar o emprego e a renda na região, considerando-se que as diversas atividades complementares se interagiriam gerando o efeito multiplicador. (CARDOSO, 2002, p. 43)

Sobre o início da ocupação e povoamento de Açailândia, o relatório da FIDH, em parceria com as ONGs da Justiça Global e Justiça nos Trilhos relatam que:

A região onde fica hoje Açailândia teve sua história de ocupação demográfica exatamente ligada a tal contexto: sua população cresceu por conta dos fluxos das novas vias (em especial da rodovia Belém-Brasília ou BR 010), na expectativa do sucesso econômico dos pequenos empreendimentos agropecuários, mas vivenciou na prática a escalada vertiginosa de conflitos pela terra. (Relatório FIDH - Federação Internacional dos Direitos Humanos – Quanto valem os direitos humanos? p.22).

Desde a sua emancipação em 1981 da cidade de Imperatriz, o espaço geográfico de Açailândia, tem passando por muitas transformações caracterizando atualmente, uma área com predominância mais urbana que rural, sendo impulsionados por alguns fatores como a construção da EFC, a formação do Distrito Industrial do Pequiá, e a chegada dos primeiros empreendimentos siderúrgicos.

Tabela 01 - População da cidade de Açailândia por zona

Período	1991	2000	2010
População Urbana	46.195 (72,60%)	64.164 (72,65%)	78.237 (75,19%)
População Rural	17.431 (27,40%)	24.256 (27,35%)	25.810 (24,81%)
População Absoluta	83.820 (100%)	88.320 (100%)	104.047 (100%)

Fonte: IBGE (2010)

Percebe-se na tabela que compreende os três censos demográficos do IBGE: 1991, 2000 e 2010, que a população que passou a morar no perímetro urbano aumentou nos últimos vinte anos, passando de 72,60% para 75,19% e que a população rural diminuiu de 27,40% para 24,81%, o que não era evidenciado antes da chegada dos empreendimentos siderúrgicos no município, que tinha uma população predominantemente rural.

Esses números na mudança da tabela evidenciam que com a chegada dos empreendimentos siderúrgicos em meados da década de 1980, muitas pessoas que moravam nos distritos de Açailândia, passaram a fixar residências na área que compreende o perímetro urbano, onde se concentram a maior parte dos investimentos dos setores secundário e terciário do município.

Outro fator importante a ser observado no aumento da população urbana no município, é que o contingente populacional que migra para a sede, na sua maioria é proveniente de outros Estados da federação, e são formados por trabalhadores, que em

boa parte vão tornar-se empregados nas indústrias siderúrgicas, e na sua maioria vão exercer cargos onde estarão ganhando salários baixos.

Na cidade de Açailândia a população que vem de outras regiões do Brasil, e que são atraídas pela ilusão do desenvolvimento, chegando à cidade não encontram empregos, acabam se alojando nas partes mais distantes do centro da cidade, contribuindo para a periferização do lugar e ocasionando uma série de impactos, que vão desde o econômico até os ambientais.

Nas indústrias siderúrgicas os empregos do primeiro escalão são para as pessoas que vem principalmente dos Estados do sudeste, como Minas Gerais e São Paulo, que possuem uma melhor capacitação, conseqüentemente se empregam nas melhores funções e ganham os mais altos salários.

Por a cidade não proporcionar mão de obra qualificada, as pessoas que vem de outras partes do país com uma qualificação, principalmente de nível superior e uma melhor capacitação, ocupam os melhores cargos nas indústrias de siderurgias.

Recentemente, esse quadro começou a mostrar indícios de mudanças; a cidade recebeu uma unidade do IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, onde são oferecidos cursos técnicos, como: Técnico em Alimentos, Técnico em Metalurgia, Técnico Automação Industrial, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Meio Ambiente e o Técnico em Florestas todos esses cursos visam a capacitação e formação para o ensino médio, enquanto que o Curso de Química Licenciatura para a graduação.

Após essa formação alguns são selecionados para trabalharem nos empreendimentos siderúrgicos. Mesmo com a implantação do IFMA, os melhores cargos, empregos e salários nas siderurgias, continuam sendo ocupados por pessoas que vem de outros lugares, evidenciando ainda mais o contraste socioeconômico no município, onde os trabalhadores com quase nenhuma capacitação, são atraídos pela visão de desenvolvimento do lugar, que é apresentada como um cartão postal da cidade.

Todavia, o perfil que se apresenta a cidade, e o olhar que se faz da mesma entre a sedução de melhores condições de vida, e a realidade que se torna perceptível processualmente, leva-nos a perceber, que a culpa não deve ser unicamente atribuída ao

sistema capitalista, pois o capitalismo que é evidenciado nos centros urbanos, em vez de gerar a miséria, na realidade revela a miséria.

Cabe ao Estado enquanto instituição, atuar na elaboração e execução de políticas públicas que visem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do município, tais políticas devem ser cobradas pela população local, levando em consideração a atuação dos poderes municipal, estadual e federal.

4 A DINÂMICA ECONÔMICA DE AÇAILÂNDIA A PARTIR DE 1990

Após a emancipar de Imperatriz em 1981, Açailândia, torna-se processualmente um grande polo econômico no Estado do Maranhão. Nesta década grandes projetos foram implantados no território açailândense, como: as siderúrgicas que contribuiu para a mudança do perfil econômico do município:

Açailândia é fruto da política econômica de Juscelino Kubitschek denominada de “nacionalismo desenvolvimentista” através do lema “cinquenta anos em cinco”, difundido por JK, a produção industrial brasileira chegou ao apogeu, crescendo 80% entre 1950 e 1960. Foi uma época de grande desenvolvimento industrial no Brasil, que estava assentado no capital estrangeiro, período das grandes construções, dentre elas a Belém- Brasília, que tinha como objetivo integrar o Norte com o restante do país. (VIEIRA, 2010, p.38)

Nos primeiros anos da década de 1980, a economia de Açailândia estava associada com o desenvolvimento das explorações agrícolas, o comércio da madeira e da pecuária, o que caracterizava esse território com um predomínio rural bem acentuado.

Açailândia, até o fim da década de oitenta, era uma cidade como qualquer outra da Pré-Amazônia maranhense, tendo sua economia centrada na agropecuária e na extração e na extração e beneficiamento da madeira. No entanto, com a instalação do polo siderúrgico, no fim da década de oitenta, o município sobressaiu-se dos demais, passando a ser um polarizador de toda a economia da região. (VIEIRA, 2010, p.11)

A chegada dos empreendimentos siderúrgicos trouxe muitas mudanças no perfil da cidade, fazendo com que a mesma viesse a se destacar no conjunto das cidades maranhense com uma economia bem relevante, decorrente principalmente da indústria siderúrgica. Contudo, antes da expansão do setor siderúrgicos a economia de Açailândia viveu diversas etapas que ficaram conhecidas como ciclos econômicos.

4.1 – Os Ciclos econômicos de Açailândia.

Sobre os ciclos econômicos, podem ser considerados como fenômenos que se sucedem numa ordem determinada de crescimento da economia de uma ou mais região do mundo (NASCIMENTO, 2013) é comumente utilizado para designar as transformações que ocorrem dentro de uma economia. Os ciclos econômicos nunca são

iguais e variam tanto no que diz respeito a intensidade como também no que se refere a duração de cada ciclo.

Sabe-se que os empreendimentos econômicos que passaram pela cidade de Açaílândia, são resultados dos diversos ciclos econômicos pelos quais a cidade passou ao longo dos anos. A economia do município açailândense, é fruto de vários ciclos de desenvolvimento econômico, a saber: o ciclo agropecuário, ciclo comercial e ciclo mineral ou siderúrgico (NASCIMENTO, 2013).

O ciclo agropecuário, considerado o primeiro, possibilitou ao ainda povoado de Açaílândia tornar-se uma grande produtora de arroz, esse ciclo começa no ano de 1962, por meio de uma roça comunitária, organizada pelo agricultor João Neves de Oliveira, conhecido popularmente como João Mariquinha. NASCIMENTO (2013).

Neste ciclo, foram instaladas 33 usinas beneficiadoras de arroz no município e uma quantidade expressiva de caminhões foram comprados pelos donos das usinas para o transporte da produção agrícola, que se deslocavam das roças até as usinas seguindo depois aos centros consumidores, onde eram vendidos.

No ano de 1973, a sua produção foi de 8.316.900 toneladas de arroz, 1.773.900 de milho, 3.570 de feijão, 122 de melancia, 86 de abóbora e 85 de farinha de mandioca. Parte dela foi consumida entre os produtores e a outra foi vendida para outros centros consumidores, o valor comercializado foi de CR\$139.576.810,56 (cento e trinta e nove milhões quinhentos e setenta e sete mil e oitocentos e dezenove cruzeiros e cinquenta e seis centavos). Segundo anotações da Secretaria de Economia do Estado, 56% dessa produção foi comercializado no mercado local, 22% no de Imperatriz, 12% no de Pedreiras e 10% em São Luís. (NASCIMENTO, 2013, p. 391)

De acordo com (NASCIMENTO op. cit. p. 394) o ciclo agropecuário:

Teve início com 15 animais trazidos da Bahia pelo pecuarista Juarez Fanha, em 1963, os quais foram colocados para pastarem na roça que o agricultor João Mariquinha havia feito... Dai em diante, o plantio de semente de capim e a criação de animais, não parou mais de crescer na região.

O ciclo agropecuário teve grande importância no desenvolvimento econômico de Açaílândia, não apenas por alavancar a economia do município, mas por ter sido um período em que a cidade atraiu um grande fluxo populacional. Entre os fatores que contribuíram para a expansão desse ciclo, de acordo com (NASCIMENTO, 2013)

podem ser enumerado como: fertilidade da terra, regularidade das chuvas, e pessoas determinadas a produzir bens de consumo na região.

A atividade econômica da pecuária continua tendo a sua importância no desenvolvimento socioeconômico do município, colocando-o no patamar da pecuária maranhense, se destacando atualmente como a cidade com o maior rebanho de bovino do Estado, com 367.929, (IBGE, 2006).

O ciclo da madeira caracteriza-se por ser juntamente com a agricultura o pioneiro da economia de Açailândia. Atualmente a extração de madeira, encontra-se em decadência, por causa da fiscalização que é feita pelos órgãos governamentais nas poucas carvoarias, que ainda sobrevivem no município.

Sobre a origem do comércio na cidade de Açailândia, (Ibidi, p. 400) enfatiza que:

Em Açailândia, tudo começou por volta das 8 horas do dia 8 de junho de 1959. Nesta data, estaciona na porta da residência da Senhora Maria Divina Oliveira um ônibus da empresa Braga lotado com passageiros de Belém do Pará, que viajavam para Brasília, os quais consumiram 42 cafezinhos com beijú de tapioca. Pelo consumo pagaram 42 mil réis. A partir de então, outros locais comerciais foram se formando no lugar. Entre tantos, o quiosque do Adelino Capucho Amaral, instalado na Av. Bernardo Sayão, em 1960, com variados tipos de mercadorias, o qual foi vendido para o comerciante Manoel Unias de Macedo, no dia 22 de abril de 1961, que logo se transformou no Armazém Macedo, onde os açailândenses compravam quase tudo que precisavam.

O ciclo do comércio se organizou na cidade por meio de diversos estabelecimentos comerciais como: quitanda, mercadinho, trabalhadores formais, trabalhadores intelectuais, empresas de pequeno, médio e grande porte que formam a base comercial do município, e visam a obtenção de lucros ou rentabilidade social

FOTO 05 - Loja de departamento localizado na região central da cidade



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

O funcionamento da EFC proporcionou o aparecimento do *ciclo da siderurgia*, antes da chegada das siderúrgicas, o que prevalecia era o comércio da madeira: Existia no município, segundo o informante **E1**, por volta de 130 serralharias, quando o comércio da madeira começou a perder folego, nascem às siderúrgicas em Açailândia:

As siderurgias nascem para tapar as lacunas que foram deixadas pelo ciclo da madeira, as cinco siderúrgicas que se instalaram no município empregaram um grande número de pessoas, remanescentes das serralharias, gerando muita renda para a cidade, ocasionando um crescimento econômico para o município, o que fez com que a cidade de Açailândia, se destacasse entre os municípios maranhense que mais se desenvolveram economicamente nas décadas de 1990. (informante E1- 12/11/2015)

As indústrias siderúrgicas, instaladas, no total de 05, proporcionaram para o município de Açailândia um crescimento econômico acentuado. Em 2001, esses empreendimentos produziram cerca de 650 mil toneladas de ferrogusa, onde aproximadamente 90% foram vendidas para o mercado externo, a saber, o Japão, a China, Taiwan, Coreia, Itália, Espanha, Alemanha e Estados Unidos, onde que para cada tonelada produzida de ferrogusa são gastos cerca de 640 quilos de carvão vegetal, 100 de calcário e 40 de seixo (NASCIMENTO, 2013)

4.2 - Os empreendimentos siderúrgicos em Açailândia

A implantação das indústrias de ferrogusa no município de Açailândia está relacionada com a disponibilidade dos recursos naturais da região – caso específico da quantidade de madeira para a produção de carvão vegetal - e a localização desse município no cruzamento de importantes rodovias e ferrovias.

As primeiras indústrias de siderurgias chegaram ao recente município de Açailândia, quase no fim da década de 1980, respaldadas principalmente por meio do PGC e do 2º Plano Siderúrgico Nacional. Para se instalarem no município, recebiam por parte do governo federal, estadual e municipal, benefícios como: *concessão de incentivos fiscais, isenção de pagamentos de impostos e cessão gratuitas de terrenos para a instalação desses novos empreendimentos*:

A ação governamental, no que se refere a esfera federal e estadual, apresenta como atrativo para a implantação dessas indústrias dois trunfos: i) a concessão de incentivos fiscais e ii) a isenção de pagamento de impostos. No plano de municipal as empresas recebem a cessão gratuita dos terrenos para a instalação. (EVANGELISTA, 2008, p.45)

Em entrevista concedida pelo informante E3 sobre a chegada dos empreendimentos siderúrgicos em Açailândia, o mesmo afirma que:

As siderúrgicas quando vieram para Açailândia não eram registradas como empresas no Maranhão eram filiais das matrizes das indústrias siderúrgicas localizadas na Região Sudeste, principalmente oriundos do Estado de Minas Gerais, eram como se fosse um laboratório de estudos na região, esses empreendimentos quando chegaram ao município eram isentos de impostos por parte do governo federal, como um estímulo para desenvolver o trabalho na região. (E3 - 10/11/2015)

Com incentivos dados pelo governo federal por meio do PGC, aconteceu a expansão dos empreendimentos siderúrgicos do Estado de Minas Gerais, onde se concentravam na década de 1980, praticamente 95% da produção de Ferrogusa nacional, para a região da Amazônia Oriental brasileira, o que fez com que Açailândia se tornasse o grande polo siderúrgico do Estado do Maranhão:

O escasseamento dos recursos florestais, a baixa do gusa no mercado externo, mão-de-obra barata, aliados aos altos incentivos estatais, colaboraram para a expansão de grupos tradicionais da produção guseira em Minas Gerais, para a área do Programa Carajás, além da abundante oferta de mata nativa e de sua proximidade para a produção de carvão vegetal, um dos principais insumos na produção do gusa, visto que corresponde a 60% do valor do produto. (CARDOSO: 1992, p.42)

De acordo com VIEIRA (2010), a primeira empresa a se instalar em território Açailândense foi a Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré, que pertence ao Grupo Queiroz Galvão, começa a operar a partir de Janeiro de 1988, e recebeu do governo a isenção de ficarem 15 anos sem pagar impostos, possuem em suas instalações três altos fornos, que produzia anualmente 240 mil toneladas de ferrogusa.

Em novembro de 1988, a Viena Siderúrgica S/A se instala em Açailândia, sendo também isenta durante 15 anos do pagamento de impostos ao governo, torna-se logo imediatamente uma das maiores indústria siderúrgicas do Brasil. Possui em suas estrutura-física a quantidade de cinco fornos, no ano de sua fundação produzia anualmente 500 mil toneladas de ferrogusa. (op. cit., 2010)

Foto 6 - Caixa d'água no bairro do Pequiá com os nomes das siderurgias de Açailândia



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

De acordo com VIEIRA (2010), a primeira empresa a se instalar em território Açailândense foi a Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré, que pertence ao Grupo Queiroz Galvão, esta empresa começa a operar a partir de Janeiro de 1988, e recebeu do governo a isenção de ficarem 15 anos sem pagar impostos, possuem em suas instalações três altos fornos, que produzia anualmente 240 mil toneladas de ferrogusa.

Em novembro de 1988, a Viena Siderúrgica S/A se instala, sendo isenta durante 15 anos do pagamento de impostos ao governo, torna-se uma das maiores indústrias siderúrgicas do Brasil. Possui em sua estrutura-física a quantidade de cinco fornos, no ano de sua fundação produzia anualmente 500 mil toneladas de ferrogusa. (VIEIRA, 2010)

A SIMASA – Siderúrgica do Maranhão S/A, começa a operacionalizar no ano de 1993, faz parte do Grupo Queiroz Galvão possuía no início dois altos fornos, e produzia aproximadamente 200 toneladas de ferrogusa anualmente.

A Gusa Nordeste S/A, no ano de 1993, começa operacionalizar, detentora de um alto forno, no início da sua instalação, hoje possui três altos fornos e tem como capacidade anual de produção de ferrogusa de 225mil toneladas.

O ano de 1997 tem a chegada da FERGUMAR – Ferro-Gusa do Maranhão, dona de dois altos-fornos, operando inicialmente com uma produção de 217 mil toneladas de ferrogusa, possui o certificado ISO 9001 o que facilita, a ampliação dos seus negócios tanto no mercado nacional como internacional.

Tabela 02 - Situação do funcionamento das indústrias siderúrgicas de Açailândia nos períodos pré e pós crise de 2008

Empresa	Pré-crise	Pós-crise	Numero de altos fornos
Viena Siderúrgica do Maranhão S/A	Ativa	Ativa	5
Cia. Vale do Pindaré S/A	Ativa	Ativa	3
Siderúrgica do Maranhão S/A	Ativa	Desativada	2
Gusa Nordeste S/A	Ativa	Ativa	3
Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	Ativa	Desativada	2

Fonte: Mancini (2015)

Alguns anos depois de suas instalações, duas siderúrgicas, não resistiram à crise de 2008, e encontram-se desativadas: SIMASA e FERGUMAR, as outras três continuam operando, mesmo diante da crise política e econômica que atravessa o país, o índice de desemprego tem aumentado, e as indústrias que encontram-se ativas, tem aplicado a política de redução de custos.

As siderúrgicas, que se concentram no município de Açailândia produzem aproximadamente 500 mil toneladas de ferro-gusa, cuja energia é retirada atualmente dos grandes plantios de eucaliptos, que são verdadeiras florestas que tomam conta do espaço físico de vários municípios no entorno de Açailândia.

Em Piquiá, estão em operação cinco usinas siderúrgicas que produzem anualmente 500 mil toneladas de ferro-gusa. Essa cadeia é alimentada com os minérios da mineradora Vale, que é praticamente a única fornecedora das cinco usinas em funcionamento na região: Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar), Gusa Nordeste, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Siderúrgica do Maranhão (Simasa) e Viena Siderúrgica. (REVISTA CAROS AMIGOS, nº 178/jan. 2012. p.26).

É importante ressaltar que no período que envolve a crise mundial e o pós-crise mundial, duas dessas empresas foram desativadas e que a reportagem da Revista Caros Amigos de Janeiro de 2012, se deu antes do fechamento dessas empresas no município que estamos pesquisando. As indústrias siderúrgicas que foram instaladas no município de Açailândia possibilitaram uma grande transformação no perfil socioeconômico dessa cidade e de outras adjacentes, que se encontram próximas da EFC:

Atraídas pelos investimentos na região as indústrias de ferro-gusa são instaladas no fim da década de 80, modificando o quadro social, político, econômico e ambiental da região. Com a chegada dessas empresas as terras supervalorizam, acelera-se o processo de urbanização, sendo ainda vetor de transformações no mercado de trabalho. (EVANGELISTA, 2008, p. 44)

Os empreendimentos siderúrgicos que foram instalados no município, a expansão da bovinocultura, e um despertar do comércio que se tornou independente de Imperatriz, foram alguns dos fatores que contribuíram para fortalecer a dinâmica econômica da cidade de Açailândia, pós década de 1990.

Tabela 03 – PIB – Produto Interno Bruto de Açailândia (1999-2012)

ANO	RANKING NACIONAL	RANKING ESTADUAL
1999	343º	3º
2000	314º	3º
2001	306º	3º
2002	277º	3º
2003	259º	3º
2004	270º	3º
2005	249º	3º
2006	227º	3º
2007	209º	3º
2008	224º	3º
2009	315º	3º
2010	359º	3º
2011	323º	3º
2012	324º	3º

Fonte: (IBGE, 2015) Gilson dos Santos Belfort

A tabela acima busca analisar o Produto Interno Bruto - PIB de Açailândia entre o período de 1999 a 2012, percebe-se no quadro que em alguns momentos que retratam o perfil econômico desse município, que o mesmo oscila economicamente dentro do cenário nacional, alcançando a melhor posição no ano de 2007, ano que antecedeu a crise mundial, período esse em que as exportações e a venda do ferro gusa estavam em alta, todavia, quando se analisa o cenário maranhense, a economia do município de Açailândia mantém-se como a terceira maior do Estado.

O PIB no município de Açailândia tem as suas maiores altas no período de 2005 até 2008, ano que começa a crise mundial, com a crise algumas indústrias de siderurgia no município começam a fechar as portas e demitir seus funcionários e a produção tem uma queda acentuada, algumas siderúrgicas começam a estocar o ferro gusa, esperando o momento adequado para vendê-lo ao mercado externo.

Mesmo nos prenúncios da crise mundial, em 2007, um ano antes da crise mundial, a Viena Siderúrgica do Maranhão faturou US\$ 145.419.560, A Queiroz Galvão Siderurgia, no agregado (composto pelas duas siderúrgicas localizadas em Açailândia, Cia. Vale do Pindaré e Siderúrgica do Maranhão, e a Cia. Siderúrgica do

Maranhão, localizada em Santa Inês - MA) faturou US\$ 181.313.820, a Gusa Nordeste S/A obteve US\$ 92.905.660 e, por último, a Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar) que faturou US\$ 63.191.660 (MANCINI, 2015 apud CARNEIRO, 2008).

A economia do município de Açailândia continua sendo a terceira maior do Maranhão, sendo superada apenas por Imperatriz que é a segunda maior cidade do Estado e com o segundo maior PIB e por São Luís, capital do Estado, onde se concentram um considerável número de indústrias, bem como um comércio bem desenvolvido.

4.3 - Os primeiros plantios de florestas de eucalipto no município de Açailândia

Foto 07 - Fazenda de Eucalipto da Empresa Suzano Papel Celulose



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Antes da chegada dos empreendimentos siderúrgicos e dos primeiros plantios de eucalipto, Açailândia, possuía como ciclo econômico, o da madeira, ao longo dos anos a madeira que era extraída de maneira ilegal e vendida em grande quantidade, nas principais serrarias que foram se formando dentro da região maranhense, e posteriormente nas siderurgias foi se enfraquecendo, principalmente por conta da intensa fiscalização dos órgãos federais e estaduais engajados na causa ambiental.

Mesmo com a fiscalização, o processo de desmatamento se intensificou nessa região, favorecendo a exploração da madeira, que era usada nas siderurgias de Açailândia como matéria prima para a produção do ferrogusa:

A exploração de florestas de modo indiscriminado e sem a observância de qualquer critério de conservação da capacidade natural de regeneração – o que não caracteriza uso, mas sim supressão de florestas – continua, portanto, a dar importante contribuição à manutenção as atividades siderúrgicas no país. (MORELLO, 2009, p. 08)

Por causa das pressões de diversos movimentos sociais, entre eles algumas instituições não governamentais envolvidas nas causas ambientais e também por meio de organizações governamentais em suas diversas esferas, as empresas de siderurgia que usufruíam do carvão vegetal como matéria prima para operacionalizar suas indústrias, foram buscar alternativas.

(MORELLO, op. cit., p. 78) afirma que:

A história do carvão vegetal é, portanto, uma história inexoravelmente associada a supressão de florestas. Apesar do esforço que vem sendo feito por alguns industriais mineiros para romper com esse espectro projetado pelo passado, apostando em uma siderurgia cuja fonte de carbono está em plantações arbóreas, e não em sistemas naturais de alto valor ecológico, a vitória está longe de ser completa.

A solução encontrada pelos empreendimentos siderúrgicos foi a substituição do carvão vegetal pelo eucalipto, comprando grandes propriedades de terras da região, desse modo começou a plantação de várias mudas de eucalipto em solo maranhense, no leste e oeste do Estado.

Os plantios eram feitos pelos grandes empreendimentos siderúrgicos que estavam se instalando na cidade, e tinham como objetivo suprir a demanda das empresas, que começavam a usar o eucalipto como matéria prima na produção do ferrogusa.

As florestas de eucalipto que surgem no oeste maranhense pertencem aos grandes empreendimentos que territorializam esses terrenos, visando no futuro colher os resultados desses plantios, não levando em consideração os impactos que podem ser causados.

Atualmente os plantios de eucalipto, conhecidos como verdadeiras florestas tem se expandido por toda região, mudando as paisagens sobre diversos aspectos, e ao

mesmo tempo tem sido foco de várias pesquisas científicas, devido principalmente aos impactos socioambientais causados:

Los plantíos de eucalipto asociados a la producción siderúrgica de Carajás presentan un claro impacto sobre la distribución de la propiedad de la tierra. A partir del análisis de los datos del Censo Agropecuario es posible identificar la fuerte presencia de estos monocultivos en las micro-regiones de Pindaré e de Imperatriz (Maranhão) (ASSIS; CARNEIRO, 2009 p. 256)

A chegada e a expansão dos primeiros plantios de eucalipto em solo maranhense deve-se levar em consideração não somente a leitura que é feita pelos empreendimentos siderúrgicos sobre o surgimento das florestas de eucaliptos no Estado, e os seus respectivos benefícios para a sociedade que são apontados em seus estudos e relatórios de impactos ambientais que são feitos antes da chegada das indústrias.

É necessário observar outras leituras que nos proporcione pensar como a expansão desses plantios pode influenciar na economia maranhense, bem como os impactos causados nas áreas onde estão sendo plantados.

Sobre esses impactos na entrevista feita com o informante E3, em 10/11/2015 mesmo declara que:

O eucalipto é um grande consumidor de água, quando foi introduzido no Brasil vindo da região da Nova Zelândia, o objetivo ao chegar às terras brasileiras, foi para fazer drenagem nas grandes áreas encharcadas, o eucalipto consome media em torno de 250 litros de água. A monocultura do eucalipto no município de Açailândia, a curto prazo não vai ter sentido, vai ter sua importância a longo prazo.

O eucalipto atualmente plantado na região de Açailândia economicamente para as empresas siderúrgicas tem um valor muito alto, mas socialmente é amargo, pois traz uma serie de impactos, tornando o solo árido, diminuindo a quantidade de água na região atingindo o lençol freático.

Ainda, impossibilita a rotatividade com as outras culturas, como acontecia antes na agricultura familiar, provavelmente se não houver uma intervenção das autoridades supõe-se que daqui a algum tempo toda a área de plantio de eucalipto no município de Açailândia, esteja totalmente esterilizada e sem condição de nada.

Nas regiões de plantio do eucalipto, os empreendimentos siderúrgicos estão comprando grandes quantidades de terras e estão expulsando os trabalhadores do campo

para a cidade, adquirindo as terras que antes eram voltadas a agricultura familiar, o trabalhador ao sair de suas terras, e por não possuir nenhuma ação de relocação, quando chega à cidade fica a mercê do que fazer, o que pode contribuir para o impacto social na cidade.

Atualmente, uma empresa nacional voltada para o ramo da silvicultura, a Suzano Papel e Celulose, tem ampliando suas bases em solo brasileiro no Maranhão, tem atuado na região Oeste do Estado, com plantios de eucaliptos e na cidade de Imperatriz, foi inaugurada uma fábrica de papel e Celulose. Essa empresa é responsável pelo plantio e colheita do eucalipto em grande parte dessa região, principalmente na cidade de Açailândia.

Foto 08 – Fazenda Monte Líbano/Açailândia



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Foto 09 – Corte do Eucalipto



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Foto 10 – Plantios de Eucaliptos

Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Consta no Relatório de Sustentabilidade da Suzano Papel e Celulose (2010), sobre os seus novos empreendimentos, que entre os anos de 2009 e 2010 a empresa, plantou 6.668 hectares de eucalipto em solo maranhense, em 2013 quando a empresa começou a operacionalizar, a meta era que tivesse 36.580 hectares de área plantada.

Esses pés de eucaliptos são plantados em grandes propriedades que antes tinha o seu uso voltado à pecuária e criação de outros animais e a agricultura, e que foram adquiridas pelos grandes empreendimentos siderúrgicos, ocasionando a mudança do uso da terra nessas áreas de cultivo.

Diversos movimentos sociais tem se organizado na Amazônia Oriental, em oposição aos plantios de eucaliptos nos Estados onde se concentram os polos siderúrgicos, esses movimentos, segundo CARNEIRO (1994) argumentam que os plantios de eucalipto trazem sérios impactos sobre a distribuição da propriedade de terras, dificultando que haja reforma agraria e contribuindo para o monocultivo.

Um segundo argumento relacionado ao cultivo do eucalipto, refere-se ao uso dos agrotóxicos nos plantios de eucalipto, sobre essa situação, ASSIS; CARNEIRO, 2012) afirma que:

Otro problema mencionado por representantes de movimientos sociales es respecto a procesos de envenenamiento de trabajadores rurales por productos químicos utilizados en el establecimiento y manutención de los plantíos forestales.

As denúncias sobre o uso dos agrotóxicos de acordo com CARNEIRO (2009) advêm principalmente dos movimentos sociais que se posicionam contra a expansão dos plantios de eucaliptos.

Os problemas referentes à natureza trabalhista é outro fator que tem se evidenciado nas empresas siderúrgicas que não oferecem condições apropriadas aos seus trabalhadores, observações essas destacadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias de Reflorestamento para Carvão Vegetal do Estado do Maranhão.

O eucalipto é um grande consumidor de água, quando foi introduzido no Brasil vindo da região da Nova Zelândia, o objetivo ao chegar às terras brasileiras, foi para fazer drenagem nas grandes áreas encharcadas do país.

No entanto, o eucalipto consome media em torno de 250 litros de água. A monocultura do eucalipto no município de Açailândia, a curto prazo não vai ter sentido, vai ter sua importância a longo prazo, por essa razão o período entre os plantios e a colheita dura aproximadamente sete anos ou mais.

Os plantios de eucalipto na região de Açailândia economicamente para as empresas tem um valor muito alto, mas socialmente o valor é amargo, pois traz uma serie de impactos, tornando o solo árido, diminuindo a quantidade de agua na região e atingindo o lençol freático.

O plantio do eucalipto também não permite a rotatividade com outras culturas, como acontecia antes na agricultura familiar, se essa área continuar com esses plantios, provavelmente daqui a 30, 40, 50 anos toda a área de plantio de eucalipto no município de Açailândia, esteja totalmente esterilizada e sem condição de uso para outras culturas.

4.4 - O Impacto da Siderurgia sobre o Município de Açailândia

Açailândia destaca-se entre as cidades maranhenses, que possui atualmente uma das maiores economias do Estado do Maranhão, sendo representada pelos setores da agropecuária, comercio e indústria, esses setores tem mobilizado a economia local, mas ao mesmo tempo tem contribuído nos impactos socioeconômicos e socioambientais

Foto 11 – Imagens da Siderurgia Gusa Nordeste



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

No setor industrial esse município do Oeste maranhense, é conhecido por seus grandes empreendimentos industriais que foram implementados em seu solo em meados da década de 1980.

Foto 12 – Imagem da Viena Siderurgia



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Contudo, todo esse cenário e as mudanças econômicas que tem ocorrido nos últimos anos no município, nem sempre podem ser analisados com uma única leitura que se faz da paisagem dentro desse território, a saber, que existem outras leituras que precisam ser analisadas do fenômeno que estar sendo pesquisado.

A implantação do polo siderúrgico no município de Açailândia, não pode ser associada somente à perspectiva de crescimento e desenvolvimento econômico integral para o município, conforme é propagado pelas autoridades políticas e pelos empreendimentos siderúrgicos instalados dentro da área que abrange essa porção do território maranhense.

Ainda que essas empresas apresentem em seus relatórios de impactos socioambientais, como o EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, propostas sobre sustentabilidade e programas de ações sociais que visem beneficiar a população sobre diversos aspectos, a realidade atual e literal, não refletem muito essas informações.

Foto 13 - Imagem do Bairro do Pequiá de Baixo



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

A imagem acima retrata moradias, do Bairro Pequiá de Baixo, localizado na área que abrange o Distrito Industrial de Açailândia e fica aproximadamente 15km do Centro do município e estão próximas as indústrias siderúrgicas, que contrariamente o que se propõem nos EIA /RIMA não condiz com a atual realidade, onde se observa um bairro com poucas infraestruturas e totalmente passivo dos impactos ocasionados por esses empreendimentos siderúrgicos.

O desenvolvimento em Açailândia parece ser contraditório, a cidade possui um potencial de desenvolvimento econômico, que não reflete no desenvolvimento social e não há uma preocupação com os impactos ambientais, é uma cidade cercada de rios, tem fontes e nascentes que estão sendo sufocadas pelos próprios empreendimentos que jogam os minérios e dejetos nos leitos dos rios e também pela população que cresce sem uma infraestrutura que acompanhe seu crescimento numérico e econômico.

Em entrevista com a Secretária da AMPB, (M.A), quando da visita ao município, à mesma relatou que as condições de vida para a população que ali residem são precárias, e que nem as autoridades políticas do município e nem as indústrias localizadas nesse distrito, oferecem programas de políticas públicas que visem mudar a realidade do local, relatou ainda que serviços que são básicos para os moradores que ali residem, como saneamento, lazer, saúde e educação acontecem de forma muito tímida.

Foto 14 – Associação dos Moradores do Pequiá



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

“O histórico da comunidade mostra que a maioria das pessoas que moram no Bairro de Pequiá de Baixo são provenientes de famílias de agricultores, a área que envolve o bairro era na sua maioria formada por fazendas, eles relatam que com a chegada das siderurgias, mudou muito a vida deles, porque antes eles tinham a possibilidade de pescar, de plantar e com a chegada das siderúrgicas, isso foi diminuindo de uma forma que muito deles acabaram perdendo esse cotidiano da agricultura familiar, da subsistência, alguns foram embora, outros começaram a trabalhar no início das siderúrgicas, no trabalho mais pesados, trabalho da boca do forno, os melhores trabalhos eram para aqueles que vinham de fora, que tinham uma boa preparação, e os moradores de Pequiá de acordo com relatos, não receberam uma preparação para trabalhar e nem para receber essas indústrias de siderurgias. (M.A, 12/11/2015)

Andando pelas ruas desse bairro percebe-se que a realidade é muito mais gritante do que se imagina, as casas que ficam localizadas próximas às indústrias siderúrgicas, são alvos constante das ações de poluição desses empreendimentos, desde a poluição sonora que acontece durante 24h bem como também dos vagões que transportam toneladas de minérios provenientes da região de Carajás, e que passam pela EFC que tem nesse bairro local de passagem dentro do município

Foto 15 - Rua do Bairro do Pequiá de Baixo



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

O que se percebe, é que com a chegada das siderurgias em território Açailândense proporcionaram pontos mais negativos do que positivo à população, levando em consideração principalmente questões associadas a aspectos como: empregos, saúde, educação, moradia e infraestrutura, como serviços de água e esgoto, que funciona de maneira precária.

Nas imagens acima se observa que as ruas não possuem asfalto, conversando com alguns moradores, os mesmos relatam que não tem uma rede de esgoto, as casas que estão localizadas ao lado das siderurgias são casas na sua maioria de barro e muitas ainda cobertas de palhas.

Devido à proximidade dos bairros de *Piquiá de Cima* e do *Piquiá de Baixo* com o polo Siderúrgico, e a ausência de políticas públicas frente às necessidades emergenciais desses aglomerados urbanos e periféricos, os mesmos possuem péssimas condições de infraestrutura em vários aspectos, a saber, questões relacionadas a água em que eles fazem o uso diário tanto para beber como para outras utilidades

O impacto ambiental do ar, nesses bairros é bem diferente daqueles próximos do centro da cidade, a água não é límpida, é amarela, o solo é preto ou marrom enquanto que nos locais mais próximos do Centro, e bem diferente do ambiente do Piquiá, visivelmente são essas coisas que podemos notar quando chegamos nesse dois bairros açailândenses.

Foto 16 - Frente da Unidade Básica de Saúde do Pequiá



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

As problemáticas relacionadas aos diversos tipos de impactos socioambientais e econômicos que são ocasionados pela chegada do polo siderúrgico em Açailândia tem chamado a atenção de pesquisadores e ambientalistas:

Los problemas sociales y ambientales iniciales provocados por la implantación de la siderurgia en el estado de Maranhão fueron bien documentados en los estudios realizados por Carneiro (1995, 1997) y por Paula Andrade (1995), que analizaron las repercusiones de las actividades de producción de carbón en las meso-regiones geográficas del oeste y del este de Maranhão. En estos trabajos, los autores llaman la atención para los procesos sociales provocados (o agravados) por la actividad carbonera, como la concentración del terreno agrario, la competencia con la actividad agrícola de los campesinos y los problemas ambientales relacionados con la quema del carbón en hornos localizados en áreas urbanas. (ASSIS; CARNEIRO, 2012 p. 255)

Diante desse quadro, é preciso observar a outra face da chegada das empresas siderúrgicas no município de Açailândia. E esse olhar reflete o lado crítico desses empreendimentos, onde a população é praticamente obrigada a conviver em um território cercado de todos os tipos de poluição, que são provenientes principalmente das carvoarias no passado bem recente e atualmente das siderurgias que foram implantadas nesse município.

Sobre as carvoarias de Açailândia, em um ensaio fotográfico, o repórter da revista *Caros Amigos*, Marcelo Cruz, destaca que:

... nesses locais, além de muitos dos homens que trabalham em meio a fumaça e ao calor dos fornos, não usarem equipamentos de proteção, como bota, capacete, luva, máscara de respiração, há casos de trabalho infantil em condições análogas a escravidão.

Figura 02 – Carvoaria em Açailândia

Fonte: Revista Caros Amigos (2011)

Os principais impactos observados referem-se a questões de doenças respiratórias, como asma, tuberculose, tosse e alguns tipos de alergias que são ocasionados devido à proximidade das siderurgias com as residências, que se localizam nos bairros de *Piquiá de Cima* e *Piquiá de Baixo* que são os mais afetados e sofrem mais diretamente com os impactos socioambientais causados pelas empresas siderúrgicas:

“as famílias se sentem fragilizadas tanto com relação à saúde, como a possibilidade de emprego, também em relação ao meio ambiente que estar ali ao redor daquele espaço que se encontra prejudicado: solo, o ar, a água, é visível a transformação que ocorreu naquele espaço, a área era verde, hoje é marrom; e aqui nesse espaço além das siderúrgicas, ainda tem o espaço da Vale, onde eles colocam o minério para transportar até São Luís pro Porto do Itaqui, então estar tudo nesse espaço, os caminhões de minérios passam pela BR, mas nem cobertura tem, e a fuligem acaba chegando nas comunidades, é tanto que agente nota que o verde não é verde, o verde é marrom, justamente a cor do minério de ferro, mais ou menos isso que a gente vê no cotidiano dessas famílias” (M.A, 12/11/2015)

Recentemente a FIDH – Federação Internacional dos Direitos Humanos, em parceria com as Ong's Justiça nos Trilhos e Justiça Global, produziram um relatório sobre os principais problemas respiratórios identificados nas comunidades de *Piquiá de Cima* e *Piquiá de Baixo* e constataram que mais da metade da população desses bairros sofre algum tipo de doença respiratória.

O relatório da FIDH denuncia a questão da saúde da família, como elas são atingidas por essas indústrias e como as famílias reclamam de tosse, coceira, de pessoas

que faleceram e que muitas vezes os médicos até mesmo não dão o laudo dizendo qual foi o motivo principal do óbito por causa das indústrias.

Esse levantamento avalia que:

o município de Açailândia se beneficia pouco da existência das gusarias, em particular o bairro do Piquiá de Baixo constitui uma ‘Zona de Sacrifício’ [nome que se dá à áreas escolhidas para a instalação de grandes empreendimentos causadores de impactos socioambientais, quase sempre localizados nas periferias urbanas]. Na frente das casas dos moradores de Açailândia, o trem transporta todos os dias, o correspondente bruto, em minérios de ferro, a cerca de 50 milhões. O trem da Vale pode ser considerado o maior trem do mundo, com 330 vagões, cerca de 3.500 metros de extensão e a capacidade para transportar 40 mil toneladas, mas as condições de vida dos habitantes, não refletem essa riqueza. (p. 22)

Os moradores que residem nesses bairros, convivem e lutam diariamente contra todos os tipos de poluição provenientes das siderurgias, como as fuligens que invadem as casas provocando entre outras doenças muita coceira na população que residem nesta área.

Os habitantes do Bairro Pequiá que trabalham dentro da indústria e que são da cidade de Açailândia são ensinados a pensar que a indústria não traz nenhuma espécie de impactos para a cidade, a imagem que o povo que não são funcionários tem das indústrias siderúrgicas é diferente da imagem que os trabalhadores desses empreendimentos tem.

Os trabalhadores sofrem vários impactos até mesmo dentro da indústria, a maioria das casas no entorno das siderurgias tem dentro de casa uma espécie de forro de plástico, que retém o pó que vem das indústrias e que causam doenças, os moradores relatam que tiram aproximadamente mais de 5 baldes (5l) de pó das suas casas num intervalo de semana, esse pó causa coceiras no corpo.

A chegada das empresas siderúrgicas ao município de Açailândia contribuiu de forma acentuada para o aumento dos impactos sociais, que podem ser percebidos sobre diversos aspectos, a saber, na relação que essas empresas possuem com os seus empregados.

Essa relação tem sido caracterizada, como uma relação de exploração, onde esses trabalhadores atuam com poucos ou quase sem equipamentos de proteção,

conforme são exigidos pelas leis de segurança do trabalho. Isso pode ser percebido, nas condições em que a maioria dos trabalhadores tem atuado em suas respectivas funções nas siderurgias localizadas em Açailândia.

Existem registros de trabalho infantil, nessas siderurgias, o que vai contra as leis trabalhistas vigentes no Brasil. Algumas das instituições já mencionadas nesta pesquisa têm se empenhando em defesa da não exploração do trabalho escravo infantil nas carvoarias e nas siderurgias.

O CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos do município de Açailândia tem, atuando de forma veemente contra todo e qualquer tipo de trabalho escravo que envolva crianças, tendo até hoje produzido diversos trabalhos que são frutos de pesquisas de campo, além do combate do trabalho escravo o CDVDH, atua também nas causas dos direitos humanos, e no combate da corrupção,

O município de Açailândia, conhecido internacionalmente pelo trabalho escravo ligado à produção de ferro-gusa, foi uma das quatro cidades brasileiras, (a única não capital) a receber a visita da relatora da ONU, em 2010, para formas contemporâneas de trabalho escravo. (REVISTA CAROS AMIGOS, nº 178/jan. 2012. p.29)

Conforme afirmação de Tatiana Merlino, enviada especial da Revista Caros Amigos (2012), a cidade de Açailândia, para pesquisar sobre questões relacionadas aos impactos socioambientais causados pelo polo Siderúrgico do município de Açailândia, a mesma afirma que:

Está comprovado o envolvimento das siderurgias da região [Açailândia] com organizações criminosas envolvendo trabalho escravo e desmatamento de floresta nativa. Ricardo Nascimento, presidente da siderúrgica Gusa ordeste, foi preso no dia 11 de novembro pelo Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nuroc), No Espírito Santo.

À medida que se leva em consideração que os aspectos acima citados, são indispensáveis para o crescimento e desenvolvimento de uma cidade, qualquer empreendimento que se instale em um município, precisa contribuir para que a cidade passe por uma série de mudanças benéficas que visam melhorar as condições de vida da sua população e não é isso que se percebe na prática.

5 ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIOESPACIAL RECENTE DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA

A dinâmica socioespacial no município de Açailândia começa a evidenciar-se a partir da demanda impulsionada pela atividade siderúrgica, em meados da década de 1980, quando chegaram os primeiros empreendimentos na cidade.

Foto 17 – Placas de Sinalização Horizontal a direita



Fonte: Gilson dos Santos Belfort

Foto 18 – Sinalização vertical a esquerda



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Foto 19 – Sinalização vertical



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

A análise sobre a dinâmica socioespacial de um município tem acontecido em diversas partes do mundo, sendo um tema bastante debatido e discutido no meio acadêmico, fomentando grandes debates e ao mesmo tempo tem sido foco de inúmeras pesquisas científicas.

As transformações no território, por quais tem passado o município de Açailândia, desde a sua emancipação até os dias atuais, envolve as relações de poder que se evidenciam principalmente em situações relacionadas ao antes e depois das chegadas das indústrias siderúrgicas nesse município, e o processo de territorialidade que acontece nesse espaço.

Nesse aspecto entendemos que existe uma relação de poder entre dois segmentos, a saber, os grandes empreendedores e a população mais carente que foram despejadas do seu local de origem para dar lugar as empresas siderúrgicas:

As relações de poder presentes no território irão, muitas vezes, gerar conflitos, e posteriormente vão se territorializar e criar novas formas de organização do território. Na maioria das vezes esses conflitos acabam por transformar o espaço de uma forma tão agressiva que a sociedade inclusa neste pode perder a sua ligação com ele ou até mesmo ser (des) territorializada por agentes de poder maior, e logo após, ser (re) territorializada em outra área, esta que será escolhida ideologicamente pelos agentes territoriais de poder maior. (RAFFESTIN, 1980, p. 48)

Com o propósito de observar na prática o que estávamos estudando na teoria sobre a Dinâmica Socioespacial recente do município de Açailândia, fui até cidade observar e analisar como está acontecendo esse processo, e as metamorfoses que ocorrem dentro desse município maranhense.

A cidade de Açailândia surge na década de 1950, mas precisamente como colônia Gurupi em 1958, com a chegada dos primeiros desbravadores para a construção da rodovia Belém-Brasília. Açailândia (como povoado de Imperatriz) começa impulsionada pela construção da Rodovia Federal Belém-Brasília, mas somente no dia 03 de Julho de 1981, é que é emancipada politicamente de Imperatriz.

Açailândia surgiu em 1958, com as obras da BR-010, que mobilizou 1,2 mil trabalhadores na região. O nome do município vem do açazeiro. A palha dessa palmeira cobriu os primeiros barracos na localidade de Trecho-Seco, perto de um córrego achado com a ajuda dos índios Cúria e Crocranum. A água, a terra fértil e a madeira foram os principais atrativos para manter os trabalhadores no local, que pertencia ao Município de Imperatriz. Açailândia guarda desse tempo o escritório da empreiteira Redobras, conhecido como Casa da Memória. A economia rural ganhou impulso após o assentamento de famílias cearenses na Colônia Gurupi, nos anos 60, com incentivo estadual. O município tornou-se o maior produtor de arroz, milho, mandioca, feijão, pimenta-do-reino e tomate do Maranhão. A pecuária também ganhou destaque. Açailândia emancipou-se de Imperatriz em 1981 (um olhar sobre Açailândia/MA: Diagnóstico socioeconômico, 2007, p.2)

Em meados de 1950 havia um grupo de camponeses que habitavam na região do atual Bairro do Pequiá, e quando houve a chegada da EFC, houve o estranhamento, a expulsão dos camponeses, alguns expulsos e outros se mantiveram e estão com residências fixadas até hoje, e eles são testemunhas vivas de toda a transformação pelas quais passou a cidade nos últimos anos, desde a chegada dos empreendimentos siderúrgicos até os dias atuais.

O discurso sobre o processo de ocupação dessa área propagado pelas siderurgias é que elas se colocam como sendo os primeiros habitantes do Distrito de Pequiá, espaço onde fica o Distrito Industrial de Açailândia.

Quando as indústrias siderúrgicas chegaram no Distrito de Piquiá, à população camponesa já existia nessa área, que com o passar dos anos veio se tornar uma região de conflitos, de disputas, de relações de poder e também de vários impactos socioambientais em decorrência da instalação do polo siderúrgico.

Alguns camponeses que habitavam no território do Piquiá de Baixo antes da chegada dos primeiros empreendimentos siderúrgicos, tornaram-se trabalhadores das siderurgias, e foram ao longo dos anos passivos dos impactos das mesmas, e uma boa parte ainda continua convivendo nesse espaço.

O discurso dominante nesse debate entre as siderúrgicas e a população, ainda é o propagado pela siderurgia, que foram eles que chegaram primeiro ao lugar, de modo geral é assim que pensa a maioria dos moradores da cidade, principalmente os que vivem na área urbana e não tem tantas informações sobre a origem do lugar onde foram implantados as siderúrgicas.

Dentro da análise socioespacial da cidade torna-se necessário perceber como se procedeu todo o processo, que envolve a visão dos moradores de Pequiá de Baixo sobre os empreendimentos siderúrgicos, como tem sido a relação da população com essas empresas instaladas no território pertencente ao município de Açailândia.

As famílias do Pequiá de Baixo tem uma leitura diferenciada do restante da cidade sobre as indústrias siderúrgicas. No primeiro momento no final da década de 1980 e início de 1990, os moradores desse bairro pensavam sobre a importância das siderurgias para o progresso da região para a geração de empregos, foi assim que essas

empresas se apresentaram para a população açailândense, e em especial a população de Piquiá.

Contudo, essa postura passiva dos moradores de Pequiá começa a mudar, por causa das ações dessas fábricas no espaço em que eles moram, Agora quando se pensa na parte central e urbana do município esse discurso é mudado, pois essa parte da população de Açailândia coloca a siderurgia, como o grande protagonista do progresso dentro desse território.

Existe até mesmo um temor na população sobre a ideia de um desaparecimento/saída das siderurgias, e os impactos dos desdobramentos que podem ser causados na economia da cidade, desde a questão do desemprego e a queda da economia do município.

A FERGUMAR sofreu um colapso muito grande por conta da crise econômica mundial, e hoje já não operacionaliza, outras siderúrgicas diminuíram a produção e mesmo passando anos, essas mesmas indústrias ainda não conseguiram voltar ao auge da produção como era em 2007, um ano antes da crise.

A cadeia da siderurgia/metalurgia concentra-se na no município de Açailândia, tendo como atividade de destaque na cadeia principal a produção de ferrogusa voltado para exportação. A produção de ferrogusa voltado para exportação é responsável pelo dinamismo da economia regional e está sujeita as oscilações do mercado externo. (SEBRAE, 2013, p.25)

Açailândia é uma cidade de economia internacional, o que acontece no Brasil, impacta com menor medida em Açailândia, mas o que acontece no mundo corporativo internacional, especialmente nas oscilações do dólar impactam diretamente na economia da cidade, porque é uma economia internacional. (CARNEIRO, 2008)

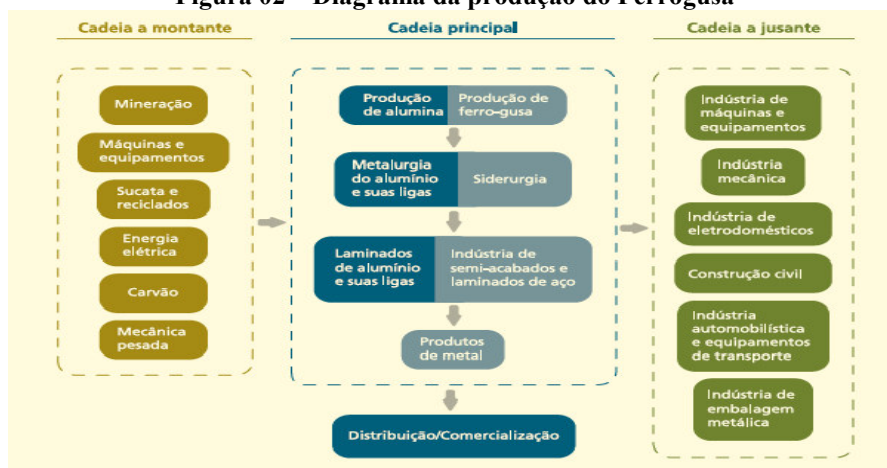
O minério de ferro que chega ao município, que passa pelo processo de transformação e que se torna em ferrogusa, vai depois para os Estados Unidos, para o Japão e Europa através do posto de Itaqui, então o mundo fora do Brasil, tem tais respostas em Açailândia.

O sustentáculo da economia do município é ainda a siderurgia, por isso possui uma grande importância para o Estado do Maranhão, a siderurgia literalmente esta dentro da cidade, enquanto a pecuária está em quase toda a mesorregião oeste do

Estado, ainda assim a pecuária também tem sua importância na configuração econômica da cidade de Açailândia.

A indústria siderúrgica tem sua relevância para a cidade de Açailândia, por movimentar a economia do município, a tal ponto de coloca-lo entre os municípios maranhenses que mais se desenvolveram economicamente nas últimas décadas e ter contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Figura 02 – Diagrama da produção do Ferrogusa



Fonte: SEBRAE

Fonte: Sebrae (2015)

O diagrama acima mostra de maneira ilustrativa, como as indústrias siderúrgicas que estão concentradas na cidade de Açailândia, e que possui como atividade principal a produção do ferrogusa cujo fim é a exportação para os países acima mencionados, estão organizadas.

A produção de ferrogusa nas siderurgias instaladas nesse município contribui para o dinamismo da economia local, no entanto a mesma encontra-se sujeita as variações que ocorrem no mercado externo, ai porque se enfatiza que a economia de Açailândia é uma economia internacional, e o que acontece dentro da esfera mundial, vai afetar relevantemente a economia do município.

Atualmente encontra-se em funcionamento no município uma aciaria, que é um empreendimento de grande relevância econômica para a cidade de Açailândia, pertencente ao Grupo Siderúrgico Gusa Nordeste, e mais uma vez o que se percebe é que não se faz a leitura dos impactos que um investimento como esse pode causar, em pleno séc. XXI.

As siderúrgicas ganham em dólar e pagam em real, criando uma relação de super exploração, com os seus empregados, visto que os altos fornos das siderurgias, não param as empresas não param, e o que se percebe é que o capital vale mais do que a própria vida.

Sobre a Aciaria, o advogado do STIMA, declarou em entrevista:

As empresas (siderúrgicas) só foram registradas a partir de 2008 no Maranhão, a partir dessa data, elas passaram a se firmar como indústria siderúrgica, mesmo assim elas não cumprem o seu verdadeiro papel, é como se fosse uma área de passagem o ferro chega bruto, o minério de ferro chega bruto aí é feito todo o procedimento para se formar o ferro gusa, quando é formado o ferro gusa é exportado, agora que a aciaria da Gusa, vai verticalizar, vai pegar o ferro bruto e vai transformar o ferro bruto em aço para o mercado interno. agora a siderúrgica estará verticalizando a sua produção, agora vai agregar valores, daí vai gerar um benefício econômico para o município. (E3, 10/11/2015)

No que diz respeito aos investimentos das empresas de siderurgia para o município, o legado das mesmas, percebe-se que o projeto social das siderurgias para a sociedade açailândense não é nada significativo, o que eles fizeram foram alguns conjuntos habitacionais, uma espécie de condomínios fechados para os funcionários externos que vem de outros Estados do Brasil e que fazem parte do primeiro escalão dessas empresas. Os cargos de chefias nas siderurgias são ocupados por pessoas que vem de fora, ainda que venha existir pessoas capacitadas e qualificadas para o exercício de tais cargos na cidade, isso acontece justamente para manter a relação de poder é necessário que se tenha alguém de fora.

Porque se colocar alguém da região, essa pessoa pode ter contatos com outras que tenham a mesma afinidade, e de repente pode montar uma rede de pessoas de chefia econômica da região e eles (os empreendimentos siderúrgicos) não querem isso.

Os trabalhadores das siderurgias que ganham muito em Açailândia passam a semana na cidade, mas não investem no comércio local, nos finais de semana e feriados geralmente vão para as suas terras de origem. Percebe-se que com tantas empresas importantes instaladas no território açailândense, a cidade era para ter outro direcionamento, no entanto, não é isso que acontece.

Cogitou-se um tempo atrás que a Vale S/A, iria investir na reurbanização do Centro, no entanto o prefeito da época por questões políticas retrocedeu da ideia,

percebe-se que desde a emancipação do município, e também a chegada dos primeiros empreendimentos siderúrgicos, que tanto o poder público, como os empreendimentos siderúrgicos não investem com afinco no crescimento e desenvolvimento da cidade.

As indústrias precisam investir, a Vale investe muito pouco no município, não existe uma política produzida por essas empresas para a melhoria da qualidade de vida no município, nos supermercados da cidade, não tem produtos produzidos no município, tecnologia não tem nenhuma, para se conhecer a realidade de Açailândia é necessário ir na periferia do município, local dos maiores impactos socioeconômicos. (E3, 10/11/2015)

As indústrias siderúrgicas localizadas no solo de Açailândia buscam minimizar os impactos causados na cidade, tomando algumas medidas paliativas, no entanto elas se organizam por causa do capitalismo, na produção do carvão, criaram toda uma logística, contratando e financiando empresas para que as mesmas pudessem fazer a produção do carvão, onde recai a relação do trabalho escravo.

Criaram assim o Instituto do Carvão Cidadão – ICC, na cidade de imperatriz, com o objetivo de maquiar as relações análogas a escravidão que é presente nas empresas de siderurgias, e que constantemente são notificadas.

O ICC nasce como argumento para as siderurgias para dizer que elas não são responsáveis por alguns casos de trabalhos escravos e atribuir a culpa a outros, no entanto esses outros geralmente são empresas terceirizadas, sendo um braço da própria empresa siderúrgica.

O instituto tem como objetivo legitimar e tornar menos agravante os impactos causados pelas siderurgias, nasce como fosse um selo de legalidade trabalhista para omitir as praticas de trabalhos escravos. (PITOMBEIRA, 2011)

O que ICC tem mecanizado um pouco mais a produção do carvão, porque era algo muito negativo para as siderurgias que tinham medo do risco de ir para a lista suja, a lista das empresas envolvidas com trabalho escravo contemporâneo e isso impede uma gama de negociações também internacionais, pois a OIT – Organização Internacional do Trabalho tem batido bastante com essa questão.

As fazendas do município passam por grandes mudanças, e estão sendo tomadas pelo eucalipto, esses plantios que estão se formando em florestas gigantescas dentro e

fora do território de Açailândia, é uma flora que não serve a fauna, em uma fazenda de 1000 hectares que se planta somente o eucalipto, como está acontecendo em boa parte do território, traz um impacto e uma destruição gigantesca.

O eucalipto se torna visível em Açailândia e região, com a exploração da Suzano Papel Celulose, e assume duas funções como sendo usado para a produção de carvão para a siderurgia, e para a produção de papel celulose para a empresa Suzano acompanhado de suas respectivas funções percebem-se também os impactos causados pelo mesmo.

Foto 20 - Eucalipto cortados recentemente



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Antes, o percurso que se fazia de Açailândia para Imperatriz, em aproximadamente 40 minutos, atualmente se faz em até 01h30minh, ao se fazer esse percurso, percebe-se durante o itinerário, a presença de vários caminhões superlotados de eucaliptos, que ocasionam inúmeros acidentes quando os troncos de eucaliptos caem.

Por as toras de eucaliptos não estarem amarradas adequadamente nos caminhões, os acidentes na BR acontecem quase que cotidianamente no trecho que envolve o percurso de Açailândia a Imperatriz.

Foto 21 - Caminhões transportando minérios saindo da Siderúrgica



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Todo esse cenário, inviabiliza o processo de urbanização desse trecho entre essas duas cidades, o que dificilmente poderá acontecer em médio prazo, porque a Suzano Papel Celulose tem comprado inúmeras fazendas no eixo Açailândia e Imperatriz e tem feito dessas fazendas gigantescos plantios de eucaliptos, não levando em consideração os impactos ocasionados que vão desde a contaminação dos solos, chegando até

Açailândia é uma cidade que surgiu por conta da implantação da Estrada de Ferro Carajás – EFC, projeto inserido no Programa Grande Carajás - PGC dos anos 1980, é por meio dessas políticas públicas implementadas pelo governo federal, que Açailândia vai apontar nacionalmente como uma cidade de grande potencial econômico da região amazônica brasileira. A ideia de progresso é muito grande na população e está impresso no hino da cidade: “Açailândia, expresso progresso, eixo do Maranhão”

O hino oficial da cidade, já traz um olhar positivista em relação ao município, as pessoas que vem para Açailândia por conta da força econômica, vêm com interesses econômicos variavelmente e não fincam identidade, não estabelecem relações perenes com a cidade, o que faz com que o município, assuma a forma de uma cidade de aventureiros.

Açailândia pode ser comparada a um garimpo do minério de ferro, em que as pessoas que chegam na cidade vêm com a ideia de crescimento rápido pra voltar ricos e poderosos aos seus lugares de origem. Dentro dessa concepção, percebe-se de modo geral que quase todos os gargalhos ambientais da cidade e da região são motivados pela falta de pertencimento, ou seja, pessoas que moram em Açailândia, mas não a escolheram como cidade escolheu-na como “garimpo” para enriquecimento. Estes não se identificam com a região e consequentemente, não trabalham para a melhoria dela, mas a exploram como fazem as siderúrgicas.

No entanto, essa exploração não se dar apenas via indústrias siderúrgicas, mas por uma população que está em transito, que passam pela cidade, mas não permanecem no território, é a cultura do aventureiro, do garimpeiro, que vai se reverberar em varias situações da cidade, sobretudo nos aspectos jurídicos, onde aqueles que formam o corpo jurídico e político e que não são filhos da cidade, além do que uma boa parte da população não é formada de maranhenses, principalmente por a cidade ser nova e por ter sido povoada por pessoas de diversas partes do Brasil.

A cidade de Açailândia é considerada como um lugar de emergentes é possível perceber isso até mesmo na frota de carros que tem muitos veículos novos, muitas pessoas que vem dos outros estados da federação que vem com carros de luxo, como Hilux, Corolla e etc., contudo, também Açailândia pode ser considerada como uma cidade de aparências, onde o individuo tem que mostrar ter muito mais do que ele é, bem típico do sistema capitalista.

Esse cenário é também algo próprio de uma cidade que culturalmente ainda não se constituiu por completo, existe uma multiplicidade cultural, a cidade possui um sentimento de não maranhensidade, por causa da influencia de vários povos do Brasil que migraram para o município ao longo dos anos, o que contribui para que o território, não constituísse até hoje uma identidade cultural única, todavia, em plena globalização dificilmente uma cidade vai ter uma identidade cultural única, mas uma multiplicidade de identidades.

A cidade ainda tem uma dependência de Imperatriz, existe um sentimento de paternidade e filial, devido Açailândia ter se desmembrada dessa que é a segunda mais importante cidade do Estado do Maranhão, mas ao mesmo tempo existe uma certa rivalidade, pois Imperatriz sendo atualmente a cidade mais importante do interior do Estado, é o local onde está o centro do comércio, o aeroporto, o polo de saúde e o polo universitário da Mesorregião Oeste do Estado do Maranhão.

Contudo, é Açailândia que detém o poder econômico, por conta de alguns fatores como as indústrias siderúrgicas que ainda existem no município, de acordo com dados do IBGE sobre a produção da pecuária municipal em 2015, Açailândia, detém a maior bacia leiteira do Estado, produzindo atualmente 58.048 litros e também o maior rebanho bovino, com 448.815 cabeças e isso cria uma relação tensa entre essas duas cidades, fora que a cidade de Açailândia, tem se tornado nos últimos anos um importante centro econômico do Estado do Maranhão, muito em consequência desses fatores acima mencionados.

No Bairro do Piquiá, encontra-se instalado o polo da Petrobras, conhecido como Baçai - Base de distribuição secundária de Açailândia, onde se tem o armazenamento de petróleo que é distribuído para algumas partes dos Estados do Maranhão, Tocantins e Piauí – todo esse perfil tem uma importância estratégica que contribui para o desenvolvimento econômico do município.

Açailândia possui um dos maiores entroncamentos rodoferroviário da região Belém-Brasília, por Açailândia, tem-se acesso a vários lugares do país, como exemplo para Brasília, capital do país, para Belém, tem-se ainda o cruzamento da EFC com a Norte-Sul, integrando o país, Açailândia é uma região geoestratégica, de fácil e rápido acesso aos estados do Tocantins e do Pará.

Foto 22 - Trecho da Estrada de Ferro Carajás no Bairro do Piquiá de Baixo



Fonte: Gilson dos Santos Belfort

A cidade é uma região natural de conflitos, mas ao mesmo tempo é uma cidade de passagem, o fluxo de entrada e saída é muito grande, é uma cidade beira ferrovia, beira rodovia, que surge por meio da Belém Brasília, mas é com a chegada dos trilhos em meados dos anos 1980, que vai contribuir para um redimensionamento do caráter econômico, cultural, político e identitário da cidade, são os trilhos que vão vir com essa visão de progresso o que vai fazer a cidade ser conhecida no Brasil e fora do mesmo.

Por não ter tantos maranhenses na cidade, os que nasceram depois de 1981, são considerados como novos maranhenses, e são pessoas que cresceram ouvindo o discurso que Açailândia é a cidade do futuro e do progresso, no entanto esse futuro e progresso tem sido contraditório por não se ver na prática mudanças acontecendo no território que visem melhorar a qualidade de vida da população.

O impacto econômico com a chegada dos empreendimentos siderúrgicos inflacionou tudo na cidade, no setor imobiliário, o terreno é quase que incomprável, dentro das condições econômicas da maior parte da população, que vive de salário

mínimo e moram em bairros distantes que estão se formando a cada dia por causa do processo de ocupação desordenada que é visível no município:

Na região central da cidade, a venda de um imóvel chega a custar mais de R\$ 100.000 (Cem Mil Reais) e os habitantes que moram há muito tempo no município sofrem, porque os demais moradores da cidade estão de passagem, ficam por um período e voltam para as suas regiões de origem, e os que fixam residências na cidade acabam herdando a bolha, uma especulação imobiliária gigantesca, sendo impedidos de adquirirem novos imóveis, ficando a mercê do Programa Minha Casa Minha Vida, um programa vinculado à Política Habitacional do Governo Federal. (Fagno Soares, 11/11/2015)

Antes da crise mundial de 2008, na cidade de Açailândia atuavam grandes empresas do país como a Construtora Camargo Correa S/A, a Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A e a Construtora Norberto Odebrecht que trabalhavam junto com a Vale no processo de duplicação da ferrovia e também em outras obras.

Foi nesse período que muitos moradores de Açailândia, alugaram seus imóveis para funcionários dessas empresas e iam morar em lugares menos confortáveis e também menores, os aluguéis possuíam valores exorbitantes e fora do padrão do mercado para esse município.

Essa situação dava a falsa sensação para a sociedade de Açailândia, que a mesma estava passando por um progresso, que é o desenvolvimento, todavia o custo de vida da cidade é muito alto, sendo até maior do que imperatriz que fica distante aproximadamente 67 km, contudo, esse desenvolvimento não parece na prática ser tão verdadeiro.

Durante a pesquisa percebe-se que adentrando no universo da sociedade açailândense, quando vamos ao bairro do Piquiá, localizado na região do Distrito Industrial e distante 15,0 km do centro de Açailândia, observa-se no pleno verão uma paisagem morta, assustadora.

Conversando com os moradores, observando a olho nu o posto de saúde, a escola, percebemos que elas estão tomadas pelo pó de ferro, é difícil conversar e respirar no Piquiá em pleno verão, porque a poeira, uma espécie de um pó que fica suspenso no ar, ocasiona na população uma série de doenças, sendo que a de maior frequência e ocorrência estão a gripe e o câncer de pele e de pulmão

Foto 23 - Rua do Bairro do Pequiá próximo as siderurgias



Fonte: Gilson dos Santos Belfort (2015)

Na década de 1980, os políticos da região chamava essa região de pré-amazonia maranhense, e na divisão geográfica e geoestratégica do Estado do Maranhão, a secretaria de planejamento fez uma divisão e colocou de fato essa região como sendo pré-amazonia, mas é muito mais um discurso político para negar a nordestinidade dessa região e colocá-la muito mais próxima da Amazônia, dando outro sentido:

O nome Amazônia dar uma visão de internacionalização, quando se fala que você está numa região que faz parte do universo amazônico, o mundo olha de forma diferente, e o restante do Brasil ver com outra perspectiva, pois a visão que se tinha do nordeste no final da década de 1980, e início da de 1980, pelo outros povos de outras regiões brasileiras, ainda era associado à seca, portanto essa região era muito marginalizada em relação às outras. (F. S, 11/11/2015)

O próprio maranhense, principalmente aqueles que habitam na porção Oeste do Estado conhecida como região do Carajás, por causa do minério de ferro e das siderurgias, veementemente na sua composição identitária não se comporta como nordestino e tem negado essa maranhensidade pela multiplicidade da formação do seu povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as mudanças que ocorrem num determinado espaço territorial é de suma importância para compreender as dinâmicas socioespaciais e socioeconômicas do lugar. Na cidade de Açailândia as mudanças ocorreram num período bem rápido, isto é, se levarmos em consideração que a idade do município é de apenas 34 anos, adentrando na casa dos trinta e cinco.

Desde a sua fundação até os dias atuais, o uso da terra nesse município maranhense sofreu grandes alterações, passando de uma região tipicamente rural, voltada a uma economia de subsistência, para uma cidade com grande potencial econômico dentro da esfera nacional.

O estudo e análise das mudanças que ocorreram no território açailândense, permite-nos perceber como aconteceram nesses anos as dinâmicas espaciais e econômicas, dentro de um espaço que continua ocorrendo a territorialidade do território, evidenciado que a luta pelo espaço, se dar por meio de uma relação de poder entre grupos antagônicos.

O discurso que envolve o chamado desenvolvimento da cidade é bem contraditório, com a realidade espacial e econômica do município, pois o que se percebe na cidade, é que o desenvolvimento propagado pelos grandes empreendimentos ali instalados, na prática não tem acontecido.

A disparidade ainda é bem grande em quase todos os aspectos que foram analisados, enquanto que o grupo daqueles que territorializam o espaço sobrevivem economicamente, às crises econômicas que o país atravessa aqueles que venderam ou foram expulsos dos seus lugares lutam para sobreviver em busca do sustento diário, sejam trabalhando nas siderurgias, aciaria, no comércio ou até mesmo no campo, onde é desenvolvida a agropecuária.

A chegada dos empreendimentos siderúrgicos em Açailândia contribui para a migração de um grande fluxo populacional para a cidade, no entanto as políticas públicas e as gestões municipais, desde a fundação do município no ano de 1981, não buscaram alternativas eficazes para minimizar as questões relacionadas à pobreza, a violência urbana e a marginalização que se propagaram na cidade ao longo dos anos.

A ilusão do desenvolvimento ainda é bem presente na população que se achega na cidade oriunda de diversas regiões do Brasil, que buscam em Açailândia melhores condições de vida, muitos ainda possuem uma visão otimista do lugar, mesmo diante das crises econômicas que assolam o mundo, e mais especificamente o estado brasileiro.

Percebe-se andando pelo perímetro urbano e pela área rural do município, que ainda é uma cidade desorganizada espacialmente, porque não foi planejada, houve uma explosão populacional, que demandou uma série de questões e fez com que a cidade crescesse e que causasse problemas parciais e urbanos extremamente difíceis de serem resolvidos.

Programas de sustentabilidade que são propostos pelas empresas siderúrgicas, na prática não acontecem como são idealizados no papel, e os impactos tornam-se visíveis no cotidiano da população, que na sua maioria se torna passiva dos impactos socioambientais das siderúrgicas, que ocasionam também mudanças no perfil econômico do município que se torna perceptível pelo aumento do desemprego, da pobreza e da marginalização na cidade.

O desenvolvimento econômico na cidade de Açailândia é contraditório e mascarado, a maior parte da população vive em lugares precários, distantes da área central e péssimas condições sociais, sem uma infraestrutura adequada.

Mesmo com um potencial de desenvolvimento econômico tão grande, em Açailândia ainda é possível observar pessoas vivendo em extrema pobreza, nada justifica esse contexto tão contraditório, os empreendimentos siderúrgicos se apropriam do território, fazem fortuna, destroem o meio ambiente, e fazem muito pouco pelo povo da cidade.

A análise socioespacial e econômica da cidade de Açailândia, torna-se importante, por instigar um olhar para ação do capitalismo nesse território, e nessa cidade percebe-se a expressão real, concreta, nua e crua do capitalismo, portanto, Açailândia é um bom exemplo, e um bom laboratório para saber como se evidencia um capitalismo além da propaganda.

A discussão e o debate do sobre as recentes transformações no espaço do território de Açailândia, tornam-se importante para detectar como acontecem as relações de poder no espaço do campo econômico, onde se concentram os empreendimentos

industriais, que se tornam foco de estudo e análise da ciência econômica, principalmente, quando ela se propõe a compreender como acontece dentro do território das indústrias a produção, a distribuição e a organização das atividades econômicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ASSIS, William Santos de e **CARNEIRO**, Marcelo Domingos Sampaio. **Uso del carbón vegetal como fuente de energía para el Parque Siderúrgico de Carajás**: controversias ambientales, sociales y económicas. Disponível em <http://www.worldagroforestry.org>. Acesso em 29 de Novembro de 2015.

AMAZÔNIA: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural/ Sérgio Figueiredo Ferreti, José Ricardo Ramalho, Organizadores – São Luís: Edufma, 2009.

BUARQUE, Cristovam. **A revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CARDOSO, Maria Suely Dias. **Entre as cinzas há um sonho**. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. UFMA, São Luís: 2002.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. **Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás**: as políticas públicas a serviço da industrialização. In: CASTRO Edna; MARIN, Rosa E. A. (Org.). **Amazônia em tempo de transição**. Belém: UFPA-NAEA, p.151-191, 1989.

_____. “Do Latifúndio agropecuário à Empresa Latifundiária Carvoeira: a Estrada de Ferro Carajás e a propriedade da terra no oeste maranhense”. IN: COELHO, M. & COTA, R. (org). **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém, Ed. UFPA, 1994; v. 1, p. 112-138/ 1994.

_____. **Crítica social e responsabilização empresarial**: análise das estratégias para legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. Caderno CRH. Salvador: v. 21, n. 53. 323-336, 2008.

Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 disponível em www.planalto.gov.br. Acesso 20 de Março de 2016

EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A cidade da fumaça: a constituição do grupo operário do bairro Pequiá no município de Açailândia- MA**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGCSOC/UFMA. São Luís, 2008.

FUNDAÇÃO VALE: Um Olhar sobre a Estrada de Ferro Carajás. Disponível: <http://www.fundacaovale.org>, acesso em 18 de Janeiro de 2016.

GOMES, A. M. **Por um lugar na fábrica**: estratégias, limites e possibilidades para o ingresso numa indústria de alumínio. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

HAESBAERT, R. “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade”.2004 . Disponível em: Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

HALL, Anthony. Amazônia – desenvolvimento para quem?: Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC) Rio de Janeiro: Zahar, 1991 disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/> consultado em 20 de janeiro de 2016.

IBGE.gov.br. Acesso em 18 de dezembro de 2015

JUSTIÇA GLOBAL; JUSTIÇA NOS TRILHOS (Org.). Brasil. **Quanto valem os direitos humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açaílândia.** Disponível em www.fidh.org. acesso em 21 de Novembro de 2015

LEAL, Adílio Alves e FONSECA, Gildette Soares. Território: categoria geográfica das múltiplas. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>. Consultado em 19 de dezembro de 2015.

MACHADO, Paulo Fernando. O pólo sidero-metalúrgico de Carajás: gênese de uma nova região industrial? Ensaios FEE. Porto Alegre, 1991. Disponível em www.revistas.fee.tche.br. Acesso em 18 de Janeiro de 2016.

MADEIRA, Welbson do Vale. Modelos de Desenvolvimento Econômico e Ordenamento Territorial na Amazônia: rupturas e continuidades no corredor Açaílândia - São Luís (MA). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

MANCINI, Roberto Martins. Siderurgia e Mercado de Trabalho na Amazônia Maranhense: a dimensão socioeconômica da estruturação do território produtivo de Açaílândia (MA). São Luís-MA 2015

MARGULIS, Sérgio. O desempenho do governo brasileiro e do Banco Mundial com relação a questão ambiental do Projeto Ferro Carajás. IPEA, 1990. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/>. Consultado em 05 de janeiro de 2016.

MONTEIRO, M. A. A siderurgia e a produção a carvão vegetal no Corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: COELHO, M.C.N.: COTA, R. G. (Org.). **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás.** Belém: UFPANAEA, 1997.

MORELLO, Thiago Fonseca. Carvão Vegetal e Siderurgia: De Elo Perdido a solução para um Mundo Pós-Kyoto. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia/USP. São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Evangelista Mota. 217: Literatura, histórias, contos, crônicas e poesias de cordel para todas as idades e gostos. Açaílândia: Edição do Autor, 2013

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino - A Fronteira Amazônica Mato-Grossense : Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo: Tese de Livre Docência. Dep. de Geografia, FFLCH. USP, 1997.

PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. A Escravidão Contemporânea e o Desmatamento da Floresta Amazônica. Disponível em www.anppas.org.br. Acesso 18 de Dezembro de 2015

PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. A construção da responsabilidade social empresarial no polo siderúrgico de Carajás: o caso do Instituto Carvão Cidadão (ICC) / São Luís, 2011.

PEREIRA, J. Matias. Formas de ocupação da Amazônia: desenvolvimento e desigualdades regionais das mesorregiões de Manaus – Hiléia Amazonense. Manaus: Sarem, 1983.

PEREIRA, José Matias. O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: A implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente, Brasília: 34 n. 134 abr./jun. 1997. Disponível em www2.senado.leg.br. acesso em 04 de Janeiro de 2016.

RAFFESTIN, Claude - Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1980.

Relatório de Sustentabilidade 2010. Suzano Papel e Celulose. Gráfica D'Lippi – Gráfica certificada FSC, São Paulo: 2011.

Revista Caros Amigos. nº 178/jan 2012, são Paulo

SANTOS, Milton. Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Milton. **A urbanização brasileira.** 3 edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____, Milton. O País distorcido: **O Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: publifolha, 2002.

_____, Milton. **Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2003

_____, Milton. **Pobreza Urbana.** 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O projeto grande Carajás - PGC - e seus reflexos para as quebradeiras de coco de imperatriz. II Seminário de Pesquisa da Pós Graduação em História UFC/UCC, 2009.

SANTOS, Marcelo Melo dos. A crise no setor siderúrgico do Distrito Industrial de Marabá e as estratégias empresariais. Dissertação Marcelo Melo dos Santos. – 2015.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O projeto Grande Carajás - PGC e algumas consequências regionais. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Rio de Janeiro, ano 5, n. 7, 2010.

SANTOS, Antônia Cardoso; LIMA, Francisco William Campos; AOOD, Maria Helena de Lima. Família e política Pública na Amazônia: desafios e perspectiva. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2009.

SAQUET, Marco Aurélio. Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colonia Silveira Martins. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

, Marco Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEBRAE, Unidade Regional de Açailândia Perfil Econômico, São Luís, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Quanto gera de emprego direto e indireto? (siderurgia)
<http://www.acailandia.ma.gov.br/a-cidade> - acesso 18 de Fevereiro de 2016

Relatório de Sustentabilidade 2010. Suzano Papel e Celulose. Gráfica D'Lippi – Grafica certificada FSC, São Paulo: 2011.

Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial / Milton Santos... [et al.]. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. Disponível em: < <http://www.justicanostrilhos.org>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Revista GeoTextos, vol. 1, n. 1, 2005. Paul Claval 11-27 – disponível em: www.portalseer.ufba.br acesso em 17 de Março de 2016.

REIS, Walison Silva e **SOUSA**, Jailson de Macedo. **Grandes projetos econômicos e reestruturação do espaço urbano–regional da Amazônia oriental**: uma análise a partir da atividade siderúrgica no município de Açailândia. Revista GeoAmazônia, Belém, n. 2, v. 01, p. 01 - 16, jan./jun. 2014.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1813.htm

SILVA, Jorge Gregório da. **Análise histórico-crítica do processo de globalização na região amazônica**. Amazonida: Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, ano 1, n. 1 (1996) – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1996.

VIEIRA. Sílvio. **Açailândia, eixo do Maranhão**: a influência do polo guseiro no desenvolvimento econômico de Açailândia. Imperatriz: Ética, 2010.

LEI Nº 4.295, DE 06 DE JUNHO DE 1981. Disponível <http://legislacao.al.ma.leg.br/>. Acesso 07.01.2016.

**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA**

LEI Nº 4.295, DE 06 DE JUNHO DE 1981

Dispõe sobre a criação de Municípios e dá
outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Município de Açailândia, a ser desmembrado do Município de Imperatriz, neste Estado.

Art. 2º O Município, ora criado, tem uma área de 6.665 Km², constitui-se de um único Distrito e tem os seguintes limites e confrontações: limita -se ao Norte com os Municípios de Carutapera, Monção e Bom Jardim guardando os atuais limites de Imperatriz com os citados Municípios; limita-se a Este com os Municípios de Santa Luzia, Amarante do Maranhão e João Lisboa, guardados, também, os atuais limites de imperatriz com os citados Municípios; ao Sul o Município de Açailândia limita-se com o Município de Imperatriz pelo Rio Surubim e por uma reta que parte da cabeceira mais alta do citado Rio com azimute de N 116º00'00" E até encontrar a linha que limita o Município de Imperatriz com o de João Lisboa; A Oeste partindo do Rio Surubim, o Município de Açailândia limita-se com o Estado do Pará..

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Exmo. Senhor Secretário Chefe do Gabinete Civil do Governador, a faça imprimir, publicar e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 06 DE JUNHO
DE 1981, 160º DA INDEPENDÊNCIA E 93º DA REPÚBLICA.

JOÃO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES

José Maria de Jesus e Silva

Antonio José Costa Britto

Fernando José Machado Castro

João Rabelo Vieira

Carlos Magno Duque Bacelar

Antonio Fernando Carvalho Silva

HINO OFICIAL DA CIDADE DE AÇAILÂNDIA

Aqui na cidade onde moro
A cada nascer do sol
Cresce uma nova esperança
Anseios do povo
Que fala com as mãos

Na fonte vive o poeta
Filho dos açaiçais
Aboios, no campo
Madeira, arroz
E o pranto das nossas sinhás

Açailândia Expresso Progresso
Eixo do Maranhão
E ao pioneiro o nosso afeto
Do fundo do coração

A mão está sempre aberta
Nos laços da união
Dormem os filhos da terra
Junto aos imigrantes
De toda nação

Em meio a tanta alegria
Em tanta dedicação
Exaltamos um homem
Que veio de longe
E trouxe esperança nas mãos

Açailândia Expresso Progresso
Eixo do Maranhão
E ao pioneiro o nosso afeto
Do fundo do coração

Autores: Luís Fernando – José Carlos (Zézão)